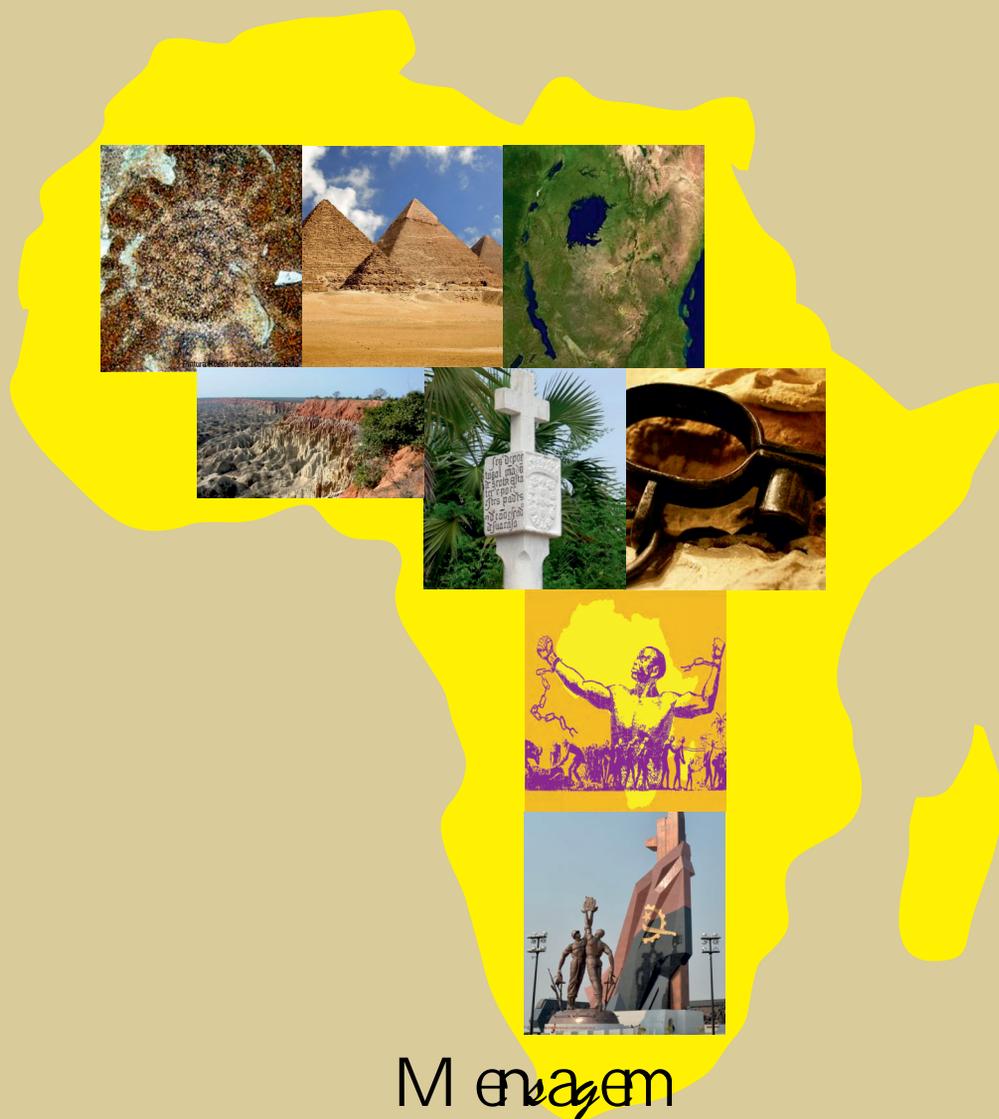


ACTUALIZAÇÃO CURRICULAR

História
6ª classe

História

6ª classe



Mensagem

História

6.^a Classe

Mensagem

Mensagem

FICHA TÉCNICA

Título

Manual de História – 6.ª Classe
(Actualização Curricular)

Autores

Pedro Nsiangengo (coordenador)
Rebeca Santana
Rebeca Helena
Bento Kianzowa
Vita Couveia

Revisão

Rebeca Santana
Valéria de Gouveia Leite
Bento Kianzowa
Mensagem

Editora

Mensagem
Rua 1.º Congresso do MPLA, 36
Luanda
Tel.: 222 370 990
Fax.: 222 371 020
endereço electrónico: livrariamensagem@net.co.ao

Impressão e acabamentos

Damer - Gráficas S.A.

Ano de impressão

2018

Tiragem

Revisto e aprovado pelo
Instituto Nacional de Investigação
e Desenvolvimento da Educação
(INIDE) – Ministério da Educação

2018 – 1.º EDIÇÃO
REVISTA E ACTUALIZADA

Direitos Reservados

Estimados Alunos, Professores, Gestores da Educação e Parceiros Sociais

A educação é um fenómeno social complexo e dinâmico, presente em todas as eras da civilização humana. É efectuada nas sociedades pela participação e colaboração de todos os agentes e agências de socialização. Como resultado, os membros das sociedades são preparados de forma integral para garantir a continuidade e o desenvolvimento da civilização humana, tendo em atenção os diferentes contextos sociais, económicos, políticos, culturais e históricos.

Actualmente, a educação escolar é praticamente uma obrigação dos Estados que consiste na promoção de políticas que assegurem o ensino, particularmente para o nível obrigatório e gratuito. No caso particular de Angola, a promoção de políticas que assegurem o ensino obrigatório gratuito é uma tarefa fundamental atribuída ao Estado Angolano (art. 21º g) da CRA ¹). Esta tarefa está consubstanciada na criação de condições que garantam um ensino de qualidade, mediante o cumprimento dos princípios gerais de Educação. À luz deste princípio constitucional, na Lei de Bases do Sistema da Educação e Ensino, a educação é entendida como um processo planificado e sistematizado de ensino e aprendizagem, visa a preparação integral do indivíduo para as exigências da vida individual e colectiva (art. 2, n.º 1, da Lei nº 17/16 de 7 de Outubro). O cumprimento dessa finalidade requer, da parte do Executivo e dos seus parceiros, acções concretas de intervenção educativa, também enquadradas nas agendas globais 2030 das Nações Unidas e 2063 da União Africana.

Para a concretização destes pressupostos sociais e humanistas, o Ministério da Educação levou a cabo a revisão curricular efectuada mediante correcção e actualização dos planos curriculares, programas curriculares, manuais escolares, documentos de avaliação das aprendizagens e outros, das quais resultou a produção dos presentes materiais curriculares. Este acto é de suma importância, pois é recomendado pelas Ciências da Educação e pelas práticas pedagógicas que os materiais curriculares tenham um período de vigência, findo o qual deverão ser corrigidos ou substituídos. Desta maneira, os materiais colocados ao serviço da educação e do ensino, acompanham e adequam-se à evolução das sociedades, dos conhecimentos científicos, técnicos e tecnológicos.

Neste sentido, os novos materiais curriculares ora apresentados, são do-

¹ CRA: Constituição da República de Angola

cumentos indispensáveis para a organização e gestão do processo de ensino-aprendizagem, esperando que estejam em conformidade com os tempos, os espaços e as lógicas dos quotidianos escolares, as necessidades sociais e educativas, os contextos e a diversidade cultural da sociedade angolana.

A sua correcta utilização pode diligenciar novas dinâmicas e experiências, capazes de promover aprendizagens significativas porque activas, inclusivas e de qualidade, destacando a formação dos cidadãos que reflectam sobre a realidade dos seus tempos e espaços de vida, para agir positivamente com relação ao desenvolvimento sustentável das suas localidades, das regiões e do país no geral. Com efeito, foram melhorados os anteriores materiais curriculares em vigor desde 2004, isto é, ao nível dos objectivos educacionais, dos conteúdos programáticos, dos aspectos metodológicos, pedagógicos e da avaliação ao serviço da aprendizagem dos alunos.

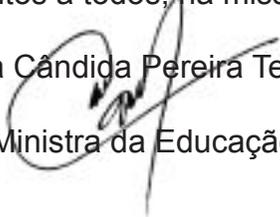
Com a apresentação dos materiais curriculares actualizados para o triénio 2019-2021 enquanto se trabalha na adequação curricular da qual se espera a produção de novos currículos, reafirmamos a importância da educação escolar na vida como elemento preponderante no desenvolvimento sustentável. Em decorrência deste facto, endereçamos aos alunos, ilustres Docentes e Gestores da Educação envolvidos e comprometidos com a educação, votos de bom desempenho académico e profissional, respectivamente. Esperamos que tenham a plena consciência da vossa responsabilidade na utilização destes materiais curriculares.

Para o efeito, solicitamos veementemente a colaboração das famílias, mídias, sociedade em geral, apresentados na condição de parceiros sociais na materialização das políticas educativas do Estado Angolano, esperando maior envolvimento no acompanhamento, avaliação e contribuições de várias naturezas para garantir a oferta de materiais curriculares consentâneos com as práticas universais e assegurar a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

Desejamos sucessos e êxitos a todos, na missão de educar Angola.

Maria Cândida Pereira Teixeira

Ministra da Educação



O Manual de História 5.a Classe que agora se coloca nas mãos dos nossos alunos e professores está relacionado com a implementação da Reforma Curricular. Esta constitui uma inovação do próprio sistema: isto é programas, manuais escolares, guias metodológicos, cadernos de actividades, sistema de avaliação, etc. Em resumo, implica uma rectificação de grande parte dos materiais e documentos pedagógicos segundo as linhas mestras traçadas e a implementar.

Tendo em vista atingir os objectivos definidos pelo novo sistema de ensino do nosso país, concretamente no que concerne à disciplina de História - relativamente à qual fomos chamados a participar na elaboração dos materiais pedagógicos -, continuamos assim o projecto de reformulação dos manuais de acordo com os programas das diferentes classes, desde as iniciais até às terminais.

Porém, como sabemos, para a elaboração de um manual escolar consistente e bem reflectido não é suficiente um ano - por vezes, esse prazo pode prolongar-se por vários anos.

Frente às necessidades que a Reforma impõe no nosso país, apresentamos um novo Manual de História 5.a Classe. No que respeita à metodologia adoptada para elaboração deste Manual, procedeu-se à recolha e análise de diferentes textos ao nosso alcance.

Como é obvio, esforçámo-nos por elaborar um Manual didáctico de acordo com os objectivos educacionais, por um lado, e as características etárias e psicológicas dos alunos angolanos deste nível, por outro lado. Isto justifica a selecção dos temas essenciais devido à necessidade de aprofundar o conteúdo do programa e permitir aos alunos uma boa compreensão dos factos históricos.

Tentámos redigir um livro pedagogicamente actualizado, com um estilo afável e acessível, dotado de ilustrações agradáveis não só para os alunos da 5.a classe como também para qualquer estudioso e amante da história.

O manual está dividido em 8 temas, de acordo com o novo programa. Por sua vez, cada um dos temas divide-se em subtemas. As figuras são numeradas em função de cada tema, como habitual. Assim, por exemplo, da mesma forma como temos a figura 5 do tema 1, teremos também a figura 5 do tema 5.

O tema 8 proporciona uma panorâmica actualizada sobre a Angola de hoje.

Finalmente, colocámos ao longo de todos os temas pequenos exercícios de avaliação formativa que, ao nosso entender, poderão ajudar o aluno a conseguir uma melhor compreensão e assimilação dos conteúdos.

Os autores

História

6.^a Classe

TEMA 1. ÁFRICA, O NOSSO CONTINENTE	13
1.1. Localização e limites geográficos	14
1.2. As primeiras comunidades humanas em África	15
TEMA 2. AS ANTIGAS CIVILIZAÇÕES AFRICANAS	21
2.1. O Egípto Antigo	22
2.1.1. Localização geográfica	22
2.1.2. História	23
2.1.3. Sociedade e modo de vida dos egípcios	24
TEMA 3. O PERÍODO PRÉ-COLONIAL EM ÁFRICA	33
3.1. Os grandes impérios africanos	34
• Ghana	34
• Mali	36
• Kongo	38
• Monomotapa	43

TEMA 4. A ÁFRICA NA ERA DO TRÁFICO DE ESCRAVOS	47
4.1. A chegada dos europeus a África	48
4.2. O tráfico de escravos	50
4.3. As classes dirigentes africanas e o tráfico	54
4.4. As consequências do tráfico em África, na América e na Europa	56
TEMA 5. A ÉPOCA COLONIAL EM ÁFRICA	59
5.1. A abolição do tráfico de escravos: causas	60
5.2. As explorações geográficas	61
5.3. A conquista dos territórios	62
5.4. A Conferência de Berlim	63
5.5. As resistências à ocupação	64
5.6. A implantação do sistema colonial	66
5.7. O surgimento do nacionalismo em África: consequências	72

TEMA 6. O NASCIMENTO DE NOVOS ESTADOS E O PRESENTE	77
6.1. O nascimento de novos Estados	78
6.1.1. Os primeiros países africanos independentes	79
6.1.2. 1960 – O Ano de África	80
6.1.3. Os movimentos de libertação nacional nas colónias portuguesas	83
6.1.4. Novos Estados na África Austral	90
6.2. Novas tarefas para a nova África	94
6.2.1. Subdesenvolvimento, educação, saúde, ambiente, pobreza	94
6.2.2. Os conflitos inter-étnicos e guerras inter-estatais	99
GLOSSÁRIO	104
BIBLIOGRAFIA	112



TEMA 1.

ÁFRICA, O NOSSO CONTINENTE

ESTRUTURA DO TEMA

- 1.1. Localização e limites geográficos
- 1.2. As primeiras comunidades humanas em África

TEMA 1. ÁFRICA, NOSSO CONTINENTE

1.1. Localização e limites geográficos

O continente Africano é muito vasto. É limitado a norte pelo **mar Mediterrâneo** e a nordeste pelo **mar Vermelho**, a sul pelos **oceanos Atlântico e Índico**, a leste pelo **oceano Índico** e a oeste pelo **oceano Atlântico**.



Fig. 1 Mapa político do continente africano

1. 2 As primeiras comunidades humanas em África

O homem surgiu sobre a Terra há milhares de anos, mas os primeiros seres humanos não eram como nós.

Nós pertencemos a uma grande família de seres que viveram há milhares de anos e que tinham a forma humana – os hominídeos. Esta família foi composta por diversas espécies de seres humanos. Entre elas encontramos a espécie do homo-sapiens que é a do homem actual.

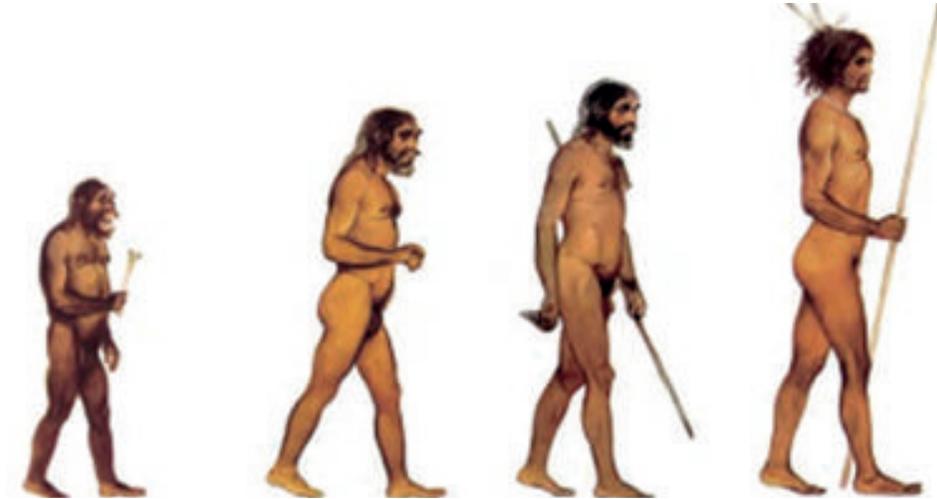


Fig. 2 As principais etapas da evolução natural do ser humano.

Nas primeiras etapas do seu desenvolvimento, o homem estava **dependente da natureza**. Ele alimentava-se de **frutos silvestres, raízes e insectos**.

Mais tarde, o homem começou a dedicar-se à caça, à pesca e à **recolha** (colheita de frutos e raízes).



Fig. 3 Pesca rudimentar dos homens primitivos.



Fig. 4 Homens primitivos caçando.

1. 2 As primeiras comunidades humanas em África

África, o “Berço da Humanidade”

Os seres humanos apareceram em África. Foi no nosso continente que foram descobertos os restos ósseos dos primeiros seres humanos. É por essa razão que se diz que a “África é o Berço da Humanidade”.

E como sabemos isso?

Sabemos isso devido às **escavações arqueológicas** realizadas na **África do Sul**, na **Etiópia**, no **Quênia** e na **Tanzânia**, onde foram descobertos numerosos restos ósseos do mais antigo e primitivo ser humano.

Esses seres humanos distinguiram-se dos outros animais pela sua **posição erecta** e **bípede**. Foi o **desenvolvimento do cérebro** que lhes permitiu apresentarem-se como seres racionais, realizando mais tarde o fabrico de vários instrumentos.

Com o desenvolvimento da **inteligência**, os seres humanos descobriram o **fogo**, friccionando duas pedras, e criaram **instrumentos de pau e de pedra**.



Fig. 5 As primeiras pegadas “humanas”, descobertas em Laetoli na Tanzânia



Fig. 6 Os Homens primitivos descobriram o fogo e criaram instrumentos de pau e de pedra.

1. 2 As primeiras comunidades humanas em África

ESCLARECER

Posição erecta: é a posição direita e erguida com que o homem anda.

Bípede: animal que possui dois pés para se deslocar de um sítio para o outro.

Os primeiros homens viviam em cavernas e em troncos de árvores.



Fig. 7 Foi nas regiões mais frias que as cavernas serviram de abrigo aos homens



Fig. 8 Uma habitação construída com troncos e folhagem de árvore



Fig. 9 Fotografia das margens do lago Chade

Os **rios** também tiveram um papel importante no surgimento e na fixação das primeiras comunidades humanas, por exemplo os rios **Nilo, Congo ou Zaire, Níger, Senegal, Zambeze, Orange e Limpopo**.

Nas águas dos rios, os homens primitivos praticavam a **pesca**, e nas terras vizinhas a **agricultura**. Para além dos rios, há em África **lagos** importantes, como o **Chade**, o **Vitória**, o **Niassa**, o **Tanganyca** e outros.

É bom que saibas que nas suas migrações os **Bantu** partiram da região do **Níger** e do **lago Chade**.



TEMA 2.

AS ANTIGAS CIVILIZAÇÕES AFRICANAS

ESTRUTURA DO TEMA

2.1. O Egito Antigo

2.2.1. Localização geográfica

2.2.2. História

2.2.3. Sociedade e modo de vida dos egípcios

TEMA 1. ÁFRICA, NOSSO CONTINENTE

2.1. O Egípto Antigo

2.1.1 Localização geográfica

O **Egípto** fica situado no Nordeste de África. Actualmente faz parte da região do **Magreb**. O **rio Nilo**, uns dos maiores do mundo, atravessa-o do Norte ao Sul e vai desaguar no mar Mediterrâneo.



Fig. 1 Localização do Egípto em África.



Fig. 2 A República do Egípto na actualidade.

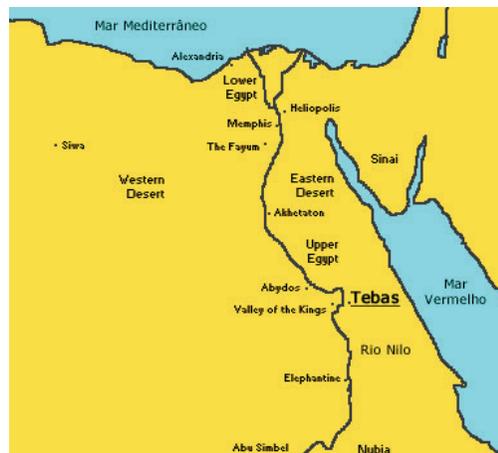


Fig. 3 O Egípto na antiguidade.

2.1.2. História

A civilização egípcia conta-se entre as que se prolongaram por mais tempo ao longo da história da Humanidade. Durante cerca de três mil anos, trinta famílias, ou **dinastias**, governaram o país, tendo reinado mais de duzentos faraós que se foram sucedendo uns aos outros. Os faraós mais antigos eram negros.

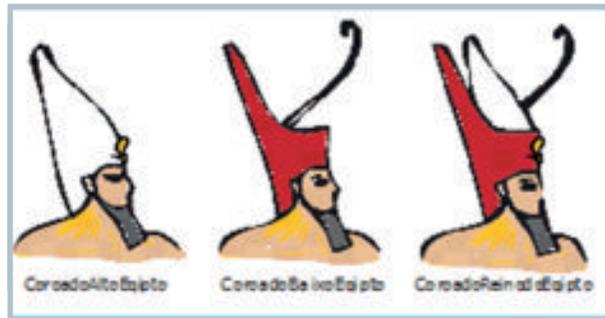
O **faraó** reinava como chefe único de todo o Egípcio: era um **rei** e um **deus** ao mesmo tempo. Guia e protector do seu povo, era um chefe **religioso, militar e político**.

O primeiro faraó foi **Ménes**, que chegou ao poder por volta do ano 3000 a.C. Foi ele quem unificou o **Alto e o Baixo Egípcio**, formando um único reino.



Fig. 4 Ménes, o primeiro Faraó

Depois de Ménes, todos os faraós passaram a usar a coroa dupla, na qual o branco representava o Alto Egípcio e o vermelho o Baixo Egípcio. A coroa do faraó simbolizava a união do Egípcio.



A história do Egípcio Antigo pode ser dividida em três grandes épocas:

O Antigo Império	Período em que foram construídas as pirâmides. A capital era Mênfis.
O Médio Império	Período de guerras e conquistas. A Núbia é conquistada e anexada ao Egípcio. Tebas torna-se a capital.
O Novo Império	Período mais florescente da civilização egípcia. O território torna-se mais vasto e o comércio mais próspero.



Fig. 5 Os faraós mandaram erguer templos magníficos, tal como o templo de Amon-Ra em Karnak, entre muitos outros.

2.1. O Egito Antigo

2.1.3 Sociedade e modo de vida dos egípcios

No Egito Antigo, os vários estratos sociais estavam bem diferenciados e formavam como que uma “**pirâmide social**”.

Cada indivíduo ocupava o seu lugar nessa “pirâmide”, com todos os seus deveres e direitos bem definidos.

A **classe dos explorados** era formada essencialmente por **artesãos, comerciantes, camponeses e escravos**, sobrecarregados pelo trabalho e pelos impostos.

O faraó e os seus dignitários

O **faraó**, rei-deus, encontrava-se no topo da pirâmide social. Era o chefe supremo do culto e representante do povo perante os deuses.

Os **nobres**, membros da classe dirigente mais próxima do faraó, tinham a função de defender o território em caso de guerra.

Os **sacerdotes** desempenhavam as funções de ministros de culto em representação do faraó. Eram os sacerdotes que administravam os templos e os bens dos deuses. Inspiravam respeito e temor ao resto da população.

Os **escribas** eram os funcionários reais encarregados de registar todos os documentos importantes do Estado. Os escribas eram muito respeitados no Egito, e a sua profissão era considerada a mais nobre de todas.



Fig. 6 A pirâmide de classe sociais egípcia.



Fig. 7 O Faraó Hatshesut.

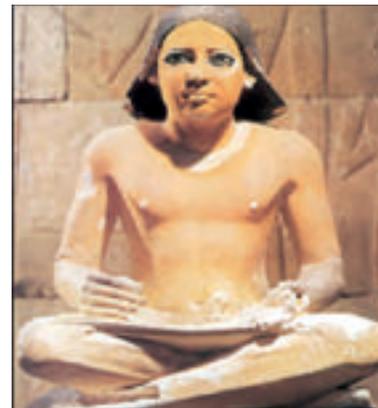


Fig. 8 Um escriba.

As classes dominadas

Entre a classe dominante dirigida pelo faraó e o resto da população existia apenas uma **relação de exploração**.

Nas classes dominadas encontravam-se:

Os **artesãos**, que trabalhavam nas grandes obras do Estado egípcio e nas suas pequenas oficinas para poderem sobreviver.

Os **comerciantes**, que constituíam um grupo pouco numeroso. A sua actividade era controlada pelos governantes.

Os **camponeses**, que constituíam o grupo mais numeroso. Tinham uma vida muito difícil, porque tudo o que produziam era entregue ao dono da terra sob a forma de imposto. Trabalhavam gratuitamente para o Estado nas obras públicas durante os períodos das cheias.



Fig. 9 Artesãos egípcios.



Fig. 10 Camponeses egípcios.

Os **escravos** eram geralmente prisioneiros de guerras e pertencentes por direito ao faraó. Eram poucos porque o Egito só travou guerras quando se sentiu ameaçado. Ao longo da história, o Egito foi um país pacífico.

Em suma, a classe explorada era numerosa e constituía a força produtiva do Antigo Egito.

2.1. O Egíto Antigo

Actividades económicas principais

O Egíto é uma dádiva do Nilo. Os Egípcios adoravam o rio Nilo como uma divindade devido à fertilidade das terras que as suas cheias proporcionavam, tornando-as muito produtivas para a agricultura. Daí o tipo de vida agrícola praticada pela população do Egíto Antigo.

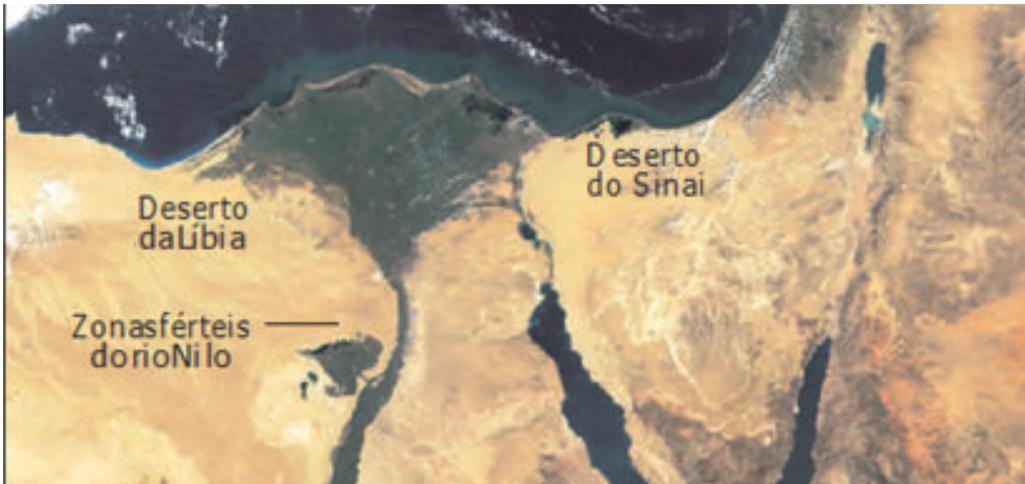


Fig. 11 Mapa do Egíto Antigo, com as zonas irrigadas pelo Nilo e os desertos da Líbia e do Sinai

Como as cheias não chegavam a todo o vale, os Egípcios abriram **canais de irrigação** a fim de levar a água aos campos mais distantes, construindo também reservatórios de água para os meses secos. Este trabalho levou-os a conceber um complicado sistema de irrigação e controlo das cheias do Nilo, que teve como resultado um extraordinário aumento da produção.

Além da água para consumo e irrigação, o Nilo fornecia também peixe e carne de hipopótamo.

Contudo, os **desertos da Líbia** e do **Sinai** também constituíam uma fonte de riqueza para a economia do Antigo Egíto, oferecendo uma reserva de **pedras para a construção** e **metais preciosos**. Além disso, formavam uma protecção natural contra os invasores.

Além da agricultura, o povo do Antigo Egíto praticava a **pesca**, a **caça** e o **comércio**. Através do mar Mediterrâneo, o Egíto estabeleceu relações comerciais com outras regiões para onde exportava o **trigo** excedente e o **papiro**, e importava a **madeira** de que necessitava.

A religião

O povo do Antigo Egito não sabia explicar alguns fenómenos que ocorriam na natureza, tais como as doenças, a morte, as mudanças atmosféricas e outros. Por esse motivo, acreditavam que tudo dependia dos deuses bons ou maus ou dos espíritos dos seus antepassados. Por esse motivo, passaram a adorar **várias divindades** e a prestar-lhes culto todos os dias.

Os Egípcios adoravam o **sol** e os **animais**. Cada aldeia, cada cidade, cada província e comunidade possuía os seus deuses próprios. O povo só venerava os que lhe eram mais familiares.

Os Egípcios eram um povo extremamente religioso. Divinizavam as **forças da natureza**, e tudo para eles era misterioso. Os fenómenos eram subordinados a várias divindades que passaram a adorar. Os Egípcios eram **politeístas**, porque veneravam vários deuses aos quais prestavam culto diariamente.

Só alguns dos deuses eram venerados em todo o Egito, como por exemplo **Ísis** e **Osíris**, que eram divindades muito importantes. Para os Egípcios, Ísis tinha dado origem a todos os seres vivos e representava a figura mãe. Osíris era o deus dos mortos e encarregava-se de os acolher na vida eterna.



Fig. 14 Um templo egípcio.



Fig. 12 Ísis.



Fig. 13 Osíris.

Para os Egípcios, os **templos** eram a casa dos deuses. Era aí que se erguiam as **estátuas das divindades**. Os templos eram lugares extremamente secretos, nos quais não devia penetrar nenhuma força maléfica. É por isso que só o **faraó** e os **sacerdotes** aí podiam orar e fazer oferendas.

2.1. O Egípto Antigo

Pouco antes de amanhecer, o sacerdote percorria o templo iluminado por velas. Dirigia-se a uma pequena capela onde se guardava a estátua da divindade, batia a porta, entrava, em seguida lavava a estátua, vestia-a e dedicava-lhe oferendas e orações.

Se todos os rituais fossem correctamente observados, o equilíbrio do mundo estava assegurado e o deus mostrar-se-ia reconhecido perante o faraó e o povo do Egípto.

Cultura e Arte

A arte egípcia é basicamente funerária e religiosa.



Fig. 15 Ilustração de um “Livro dos Mortos”, com o julgamento dos defuntos.

Para os Egípcios, uma pintura, um desenho ou uma estátua possuía a mesma força do modelo vivo. O artista tinha que respeitar algumas regras para as representações resistirem à passagem do tempo.

Os artistas evitavam apresentar retratos ou desenhos com defeitos, como rugas e gordura excessiva, e evitavam também retratar o sofrimento ou a tristeza. Os desenhos e estátuas retratavam sempre pessoas jovens, fortes e belas, e nunca velhos, abatidos ou feios.



Fig. 16 Bustos de Nefertiti.



Fig. 17 A Esfinge e a Pirâmide de Quéfren, em Gizé.

Os **túmulos** eram muito bem decorados, e para os Egípcios o defunto podia ver através dos olhos pintados no sarcófago, alimentar-se contemplando as cenas agrícolas que tinha diante de si e reviver os mais agradáveis momentos da vida terrena através das pinturas que representavam banquetes ou caçadas.

As **pirâmides** eram túmulos gigantescos destinados a acolher e proteger o **corpo mumificado do faraó**. Junto da múmia do rei colocava-se mobiliário, roupas e objectos preciosos. Para os egípcios, as representações tinham uma força igual à realidade.

Ciência

Os Egípcios também desenvolveram as **ciências**. A prática de uma agricultura que exigia um **controlo rigoroso das cheias** e a **construção de grandes obras** levaram ao desenvolvimento da **matemática**.

Quando se concluíam as colheitas, os camponeses tinham que calcular a quantidade de cereal que necessitavam para comer, quanto deviam guardar e quanto deviam pagar ao Estado.

Os artesãos também tinham de calcular cuidadosamente as porções de cobre e de estanho que deviam misturar para obter o bronze.

2.1. O Egípto Antigo

Para construir edifícios, templos ou túmulos, os funcionários do faraó tinham que calcular quanto tempo demoraria a obra e que quantidades de materiais e de homens seriam necessários.

Quando se fazia o comércio, os funcionários reais necessitavam de anotar todas as operações de compra e venda.



Fig. 18 A construção das pirâmides.

Assim se desenvolveram as várias operações de cálculo aritmético. Portanto, a partir da experiência e das necessidades materiais, os Egípcios foram acumulando conhecimentos que contribuíram para o conhecimento da **matemática**.

A partir do movimento dos astros, os Egípcios criaram um calendário que constava de 365 dias, desenvolvendo assim a **astronomia**.

Os médicos egípcios tinham um grande conhecimento da anatomia do corpo humano, devido à prática da mumificação, mas os seus conhecimentos estavam ainda ligados à experiência tradicional e à magia.

Os médicos egípcios sabiam curar e ligar uma ferida ou colocar gesso no local apropriado, e chegaram a fazer operações cirúrgicas ao cérebro dos soldados feridos nas batalhas. A medicina estava muito avançada no Egípto, embora se continuasse a depositar muita confiança na utilização de forças mágicas.

Os Egípcios deram um grande contributo à cultura universal com a sua arte, literatura e ciência. É por esta razão que se afirma que a civilização egípcia é um legado à Humanidade, isto quer dizer que é uma herança que os Egípcios deixaram para o mundo.



Fig. 19 Uma múmia egípcia.

Devido a desordens internas e às sucessivas invasões de povos estrangeiros, como Assírios, Persas, Gregos e Romanos, o Egito acabou, contudo, por perder a sua independência.

No entanto, a maior parte dos invasores ficaram admirados com a civilização egípcia, e ao invés de a destruírem adoptaram-na parcialmente, como foi o caso de Gregos e Romanos.

AGORA QUE JÁ APRENDESTES, DEVES SABER...

- Que a história do Egito Antigo divide-se em três grandes épocas.
- Que o primeiro faraó unificou o Alto e o Baixo Egito.
- O que significava a cor branca e a cor vermelha na coroa dos faraós.
- Quais são as duas divisões fundamentais da sociedade egípcia.
- Quais eram as funções principais dos nobres, dos sacerdotes e dos escribas.
- A que se devia a vida difícil dos camponeses do Egito.
- Quais eram as razões porque os egípcios adoravam o rio Nilo como uma divindade.
- Que vantagens apresentaram os desertos da Líbia e do Sinai para o Egito Antigo.
- A que se devia o politeísmo egípcio.
- Que função desempenhavam as pirâmides.



TEMA 3.

O PERÍODO PRÉ-COLONIAL EM AFRICA

ESTRUTURA DO TEMA

3.1. Os grandes impérios africanos

Ghana
Mali
Kongo
Monomotapa

TEMA 3. O PERÍODO PRÉ-COLONIAL

3.1. Os grandes impérios africanos

- O Império do Ghana

Situação geográfica

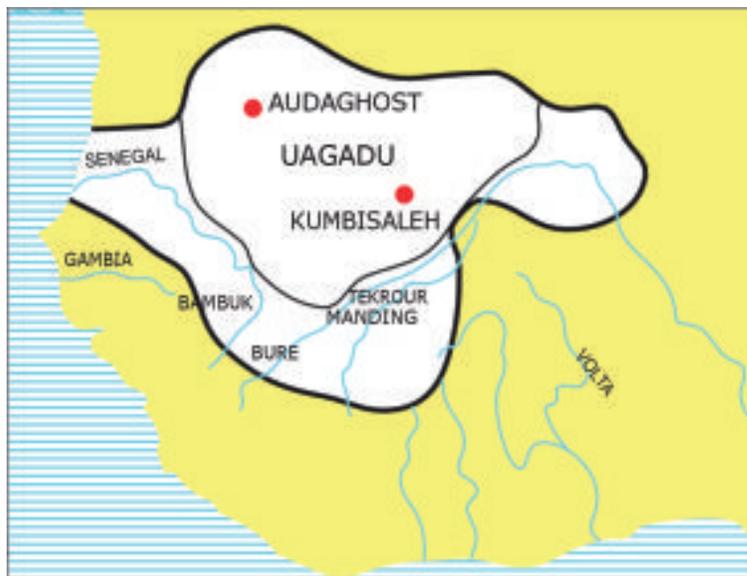


Fig. 1 Mapa do Império do Ghana.

O **Império do Ghana** estava situado na **Costa Ocidental da África**, na região entre os rios Níger e Senegal, como mostra o mapa. O Império abrangia uma parte da actual República do Mali e parte do actual Senegal, possuindo um clima húmido favorável à agricultura.

O Império do Ghana foi fundado no século IV d.C. (depois de Cristo) e é o primeiro império negro a ser conhecido na história de África.

O Ghana era um império muito forte e tinha um grande poderio militar, o que permitia controlar a circulação das caravanas comerciais nas várias rotas entre o norte e o sul e vice-versa. Os comerciantes da África do Norte traziam as suas caravanas carregadas de sal, tecidos, trigo e cobre para **Kumbi Saleh**, onde negociavam com os comerciantes do Ghana, trocando os seus produtos por ouro.

3.1. Os grandes impérios africanos

A capital desse grandioso império era a cidade de Kumbi Saleh, um pouco a norte da actual cidade de Bamako, capital da República do Mali. Kumbi Saleh estava dividida em duas partes distintas: a cidade comercial, onde habitavam comerciantes de todas as origens, e a cidade real, onde se encontravam o palácio real, as florestas sagradas, os sacerdotes e os túmulos reais.



Fig. 2 Pintura do século XIX ilustrando uma aldeia tradicional nas margens do rio Senegal.

Organização do império

O império do Ghana estava dividido em províncias, dirigidas por governadores que ajudavam o rei na administração do império.

A sociedade estava organizada em duas classes: a mais importante era a classe dominante, constituída pelo rei, governadores e conselheiros do rei, alguns dos quais eram antigos escravos. Submetida a esta encontrava-se a classe dominada, constituída pelo povo.

Actividade económica

A actividade económica principal do império era o comércio do sal e do ouro, e já naquela época o Ghana era conhecido como o “País do Ouro”.

Além do comércio do ouro, a população praticava também a agricultura, a criação de gado e o artesanato. A maior parte da população era constituída por camponeses, que pagavam tributo ao rei sobre as colheitas.

A riqueza do rei provinha das trocas comerciais, do ouro e do tributo. O rei controlava a exploração e o comércio do ouro, de onde provinham os rendimentos para si e para a sua família. Assim, o rei explorava todo o povo em seu benefício e da minoria privilegiada.

Mais tarde apareceram pastores nómadas chamados Almorávidas, que invadiram o Ghana e se apoderaram do país.

3.1. Os grandes impérios africanos

- **O Império do Mali**

Situação geográfica

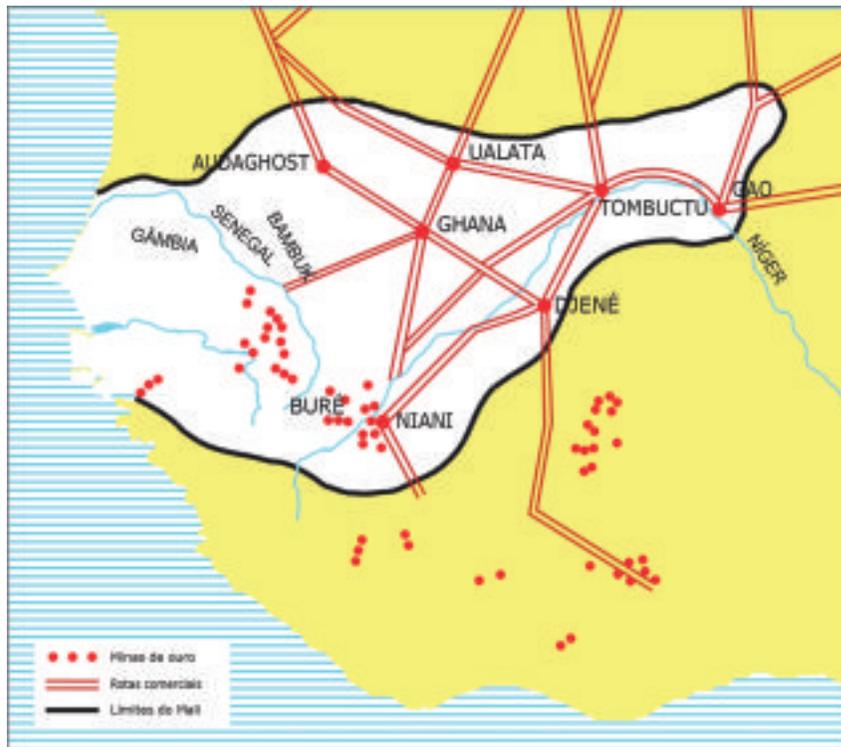


Fig. 3 Mapa do Império do Mali.

O desmembramento do Império do Ghana fez surgir vários pequenos reinos, entre eles o do **Mali**. Esta região situada entre o rio **Níger** e **Buré** passou a fornecer aos comerciantes árabes ouro e escravos.

Mais tarde, expandiu-se na região o **Império do Mali**. O seu fundador foi **Sundiata Keita** que, para alargar o seu território, se preocupou em conquistar e pilhar novas terras. Além de conquistador, Sundiata Keita ficou conhecido como organizador do império, e depois da expansão ficou senhor das minas de ouro e cobre e das regiões onde era extraído o sal.

Organização do Império

O Império do Mali estava dividido em **províncias**, e cada uma delas era administrada por um chefe chamado de **Tigui** ou **Farba**. Por sua vez, as

3.1. Os grandes impérios africanos

províncias estavam divididas em conselhos e aldeias. Os chefes das aldeias exerciam ao mesmo tempo funções políticas e religiosas. O Farba tinha a função de ministro, fiscalizava a actividade do chefe local e recolhia o tributo pago.

A capital do Império era **Niani**, mas o desenvolvimento do Mali fez surgir duas outras cidades importantes: **Tombuctu** e **Djenné**. Nestas duas cidades concentrava-se o comércio de ouro e outras mercadorias como a **cola** e o **óleo de palma**. O Mali era um importante mercado para os árabes vindos do Norte de África. Mais tarde, a população do Mali começou a praticar a religião muçulmana (ou Islamismo) devido à influência dos árabes.

Actividade económica

A actividade económica principal do Mali era a agricultura e a criação de gado. Um dos produtos mais cultivados era o **algodão**.

Os principais rendimentos do imperador provinham dos impostos sobre as colheitas, do gado, do tributo, da aquisição de pepitas de ouro, das taxas aduaneiras e dos despojos de guerra.

Mais tarde, o Mali entrou em declínio devido a conflitos internos dentro da família real.



Fig. 4 Uma aldeia tradicional no Mali.

3.1. Os grandes impérios africanos

- **O Reino do Kongo**

Situação geográfica



Fig. 5 Mapa do Reino do Kongo.

O **Reino do Kongo** estava situado na **África Central**, entre o extremo sul da floresta equatorial e a fronteira sul do Kongo.

Era um reino muito vasto e tinha os seguintes limites:

- A Norte era limitado pelo rio **Ogwé**, no Gabão
- A Sul era limitado pelo rio **Cuanza**
- A Este era limitado pelo rio **Cuango**, afluente do Zaire
- A Oeste era banhado pelo **Oceano Atlântico**

O antigo território do Reino do Kongo abrangia regiões que actualmente estão integradas nos seguintes países: **Gabão**, **Congo-Brazzaville**, **Congo Democrático** (ex-Zaire) e **Angola**.

3.1. Os grandes impérios africanos



Fig. 6 Gravura representando a cidade de Mbanza Kongo, a antiga capital do Reino do Congo.

O fundador deste vasto reino foi **Nimi-a-Lukeni**, um rei guerreiro, conquistador e poderoso. Com o seu pequeno grupo atravessou o rio Zaire e fixou-se na sua margem esquerda. Reuniu à sua volta os povos já encontrados e formou o Reino do Kongo. O rei Nimi-a-Lukeni era também conhecido por **Ntinu Wene** ou **Ntotela**.

Organização do Reino do Kongo

Como conseguiu o rei controlar um território tão vasto como o Reino do Kongo? Dividiu o seu reino em seis províncias e aldeias. Os governadores das províncias, ou **Mani**, eram parentes diretos do rei. Estes administravam as províncias e tinham a função de recolher o tributo pago pelos chefes das aldeias, as multas e as indemnizações e encaminhá-los para o tesouro real.

A capital desse grande reino era **Mbanza Kongo**, e era lá onde residiam o rei e os funcionários da sua corte.

A organização social do Reino do Kongo

A sociedade konguesa estava dividida em duas classes: a **aristocracia** e o **povo**.

3.1. Os grandes impérios africanos

Os aristocratas chamavam-se **Mani**. Os Mani eram os chefes que administravam as províncias e os distritos do reino. Todos os lugares de comando eram ocupados pelos Mani: comando **militar**, comando **administrativo** e comando **religioso**.

Eram eles que cobravam os impostos ao povo, recrutavam gente para o exército e para os trabalhos da comunidade ou trabalhos do rei. Eram os Manis que faziam a **justiça**.

Por sua vez, os Mani pagavam impostos ao rei e dependiam da sua autoridade. Quando o rei quisesse podia nomear ou destituir o Mani. O rei tinha um poder quase absoluto.

A maior parte da população era formada por **camponeses** que se dedicavam ao cultivo da terra. Os homens desbravavam as terras e as mulheres semeavam os campos, sachavam os campos semeados e faziam as colheitas.



Fig. 7 Mulher konguesa sachando os campos.



Fig. 8 Trabalhadores de ferro.

Outra parte da população era formada por **artesãos**, que faziam trabalhos de ferro e de madeira.

No Reino do Kongo, a **propriedade da terra era comum**, quer dizer que a terra pertencia a todas as pessoas do mesmo clã (kanda) – mas as melhores terras eram para a aristocracia.

Embora as terras fossem propriedade comunitária, cada homem livre com a sua família recebia uma lavra. Tudo o que fosse produzido nessa lavra pertencia ao homem e não à comunidade. Portanto, o trabalho e o produto eram da conta do chefe de cada família.

3.1. Os grandes impérios africanos

As lavras e os outros bens não passavam de pais para filhos por morte dos pais, porque quem herdava eram os irmãos ou os sobrinhos do falecido. Esta forma de agir chamava-se **direito matrilinear**.

Assim, no Reino do Kongo predominava a propriedade comunitária, mas no seio da classe rica já estava a nascer a propriedade privada.

Actividades económicas principais

A economia do reino assentava numa agricultura relativamente bem desenvolvida. Cultivava-se de tudo um pouco: **milho, feijão, banana, palmeira**, etc. A agricultura era feita em grandes terrenos.

O **trabalho de ferro** (metalurgia) desempenhava um papel muito importante no Reino do Kongo. Os ferreiros trabalhavam para a aristocracia e chegavam mesmo a criar associações de ferreiros. Fabricavam armas, instrumentos para a agricultura, para caça etc. Outra parte da população trabalhava no artesanato e no comércio.

O comércio

A economia do Reino do Kongo era muito rica. Produzia-se muito, tanto na **agricultura** como no **artesanato**. Por isso, havia sempre produtos que sobravam. Com esses produtos excedentes podia fazer-se o comércio ou a troca por outros produtos que não havia na região.

As margens do rio Zaire e a costa do oceano Atlântico eram os locais onde se fazia mais comércio, mas por terra também se fazia comércio com os reinos vizinhos.

Em certas épocas do ano organizavam-se **mercados** locais onde eram trocados vários produtos.

No Reino do Kongo havia **moeda**, mas não era como a moeda de hoje. A moeda konguesa eram conchas do mar chamadas **nzimbu**.



Fig. 9 Moeda nzimbu.

3.1. Os grandes impérios africanos

O nzimbu era uma concha pequena que era apanhada na ilha de Luanda. Naquela época, a ilha de Luanda era propriedade exclusiva do rei do Kongo, controlada por alguns nobres da corte. O nzimbu recolhido na ilha de Luanda era enviado para a capital do reino (Mbanza Kongo) e servia de moeda para todas as transacções comerciais. O sal-gema vinha da Quissama.

O comércio a longa distância era também controlado pelo rei.

Com a chegada de Diogo Cão em 1482, os Portugueses foram penetrando pouco a pouco no território do Reino do Kongo, que assim foi perdendo a sua hegemonia.

O acordo amigável de cooperação assinado entre o rei Nzinga-a-NKuwu e os portugueses fez com que estes se envolvessem cada vez mais na vida do reino, causando assim a confusão e a desordem entre os Kongueses e enfraquecendo deste modo as estruturas políticas, económicas e sociais do Reino do Kongo.



Fig. 10 Mpangu-a-Nimi Lukeni lua Mvemba (D. Álvaro I), rei do Kongo, e a sua corte recebendo uma embaixada de dignitários europeus, numa gravura holandesa do século XVII.

- **O Império do Monomotapa**

Situação geográfica



Fig. 11 Mapa da civilização do Zimbabwe e do Império do Monomotapa.

O **Reino do Zimbabwe** desenvolveu-se na parte oriental de África, na região situada entre os rios **Zambeze** e **Limpopo**. Este reino foi fundado por povos bantu vindos dos Grandes Lagos.

As condições geográficas desta região permitiram a fixação de comunidades de **agricultores e pastores**.

Estes povos de pastores foram construtores de grandes muralhas de pedra. Essas fortificações eram designadas por “**zimbabwe**”, o que significava “a grande casa de pedra”, ou a “grande casa do chefe”. As construções em pedra testemunham a existência de comunidades muito organizadas. As muralhas e fortificações com grandes adornos demonstram uma organização social com fortes sistemas defensivos.



Fig. 12 As muralhas do Grande Zimbabwe.

3.1. Os grandes impérios africanos

O espaço que as muralhas cercam dá a ideia de que era ocupado por um grande número de pessoas. Foi o desenvolvimento deste reino que fez surgir o **Império do Monomotapa**.

Organização do Império do Monomotapa

A sociedade do Zimbabwe estava dividida em quatro classes: **Muene Mutapa**, o imperador, os **Mambo**, chefes dos reinos subordinados pelo imperador, os **chefes das aldeias** e os **camponeses**. Os Mambo e outros funcionários da corte ajudavam o imperador na administração do império. O desenvolvimento da produção fez surgir outros grupos sociais com diferentes funções: **agricultores, artesãos, pastores e comerciantes**.

O Mambo que residia em Zimbabwe recebia os tributos em ouro e marfim destinados ao Muenemutapa e que depois eram trocados por tecidos, pérolas e porcelanas com os mercadores árabes vindos do Norte de África.

Uma parte dos produtos agrícolas destinava-se à alimentação do imperador e aos seus colaboradores.

Após a morte do imperador Matope, ninguém conseguiu manter a união e o funcionamento do império. Assim, este começou a declinar. Já enfraquecido, não conseguiu resistir à presença portuguesa.

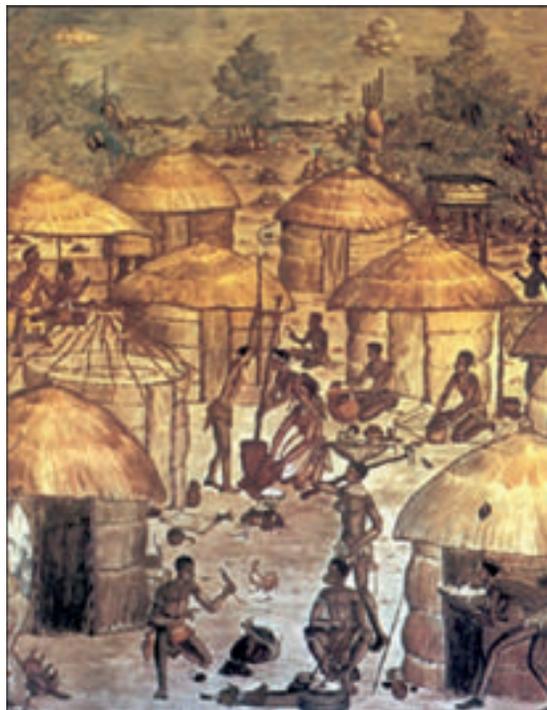


Fig. 13 Uma gravura de finais do século XIX representando uma aldeia do Zimbabwe.

AGORA QUE JÁ APRENDESTE, DEVES SABER...

Antes da chegada dos Europeus em África já tinham florescido grandes reinos e impérios.

- O Ghana era conhecido como o “País do Ouro”.
- A economia do Império do Ghana baseava-se no comércio do ouro.
- O Império do Ghana foi o primeiro império a ser conhecido na história da África Negra.
- A capital do Ghana era Kumbi-Saleh.
- O desaparecimento do Império do Ghana fez surgir um novo império: o Império do Mali.
- O fundador do Império do Mali chamava-se Sundiata Keita.
- A capital do Império do Mali era Niani.
- O fundador do Reino do Kongo foi Nimi-a-Lukeni, também conhecido por Ntinu Wene ou Ntotela.
- O Reino do Kongo estava dividido em províncias, distritos e aldeias.
- O Reino do Zimbabwe deu origem ao Império do Monomotapa.
- O Reino do Zimbabwe foi formado por povos pastores e agricultores descendentes dos Bantu, construtores das grandes muralhas de pedra – “Zimbabwe”.



TEMA 4.

AFRICA NA ERA DO TRÁFICO DE ESCRAVOS

ESTRUTURA DO TEMA

- 4.1. A chegada dos europeus a África
- 4.2. O tráfico de escravos
- 4.3. As classes dirigentes africanas e o tráfico
- 4.4. As consequências do tráfico em África, na América e na Europa

TEMA 4. A ÁFRICA NA ERA DO TRÁFICO DE ESCRAVOS

4.1. A chegada dos europeus a África

Depois de terem desenvolvido a navegação, os europeus decidiram sair das suas fronteiras e lançar-se para o mar à procura da Índia.

Esse período em que a Europa se lançou para outras partes do mundo chamou-se “**Expansão Europeia**”.

Essa expansão só foi possível graças aos conhecimentos científicos e técnicos que os **Árabes** transmitiram aos europeus, principalmente aos marinheiros italianos. Portugal foi a primeira nação europeia a tentar controlar o comércio mundial, até então dominado pelos Árabes, tanto na África (do norte e na costa oriental) como no Índico. Os portugueses tentavam encontrar a todo o custo o **Caminho Marítimo para a Índia** para importarem directamente as especiarias de luxo do Oriente, e boicotar os intermediários árabes que traziam para a Europa esses produtos através do mar Vermelho e do mar Mediterrâneo. Esses produtos, ao chegarem à Europa tornavam-se muito caros. Por isso, havia necessidade de se libertar e suprimir este controlo das mãos dos Árabes.

O primeiro acto expansionista dos portugueses foi a conquista de **Ceuta** no Norte de África. Depois seguiram-se outras conquistas, como Arzila e Tânger, etc. No entanto, encontraram uma grande resistência por parte dos Árabes, ou Mouros, em **Alcácer Quibir**.

Na região do Sudão Ocidental, os portugueses chegaram ao **Rio do Ouro**, à **Costa do Marfim** e a **São Jorge da Mina**, no actual Ghana.

Na África Central e Austral, os portugueses chegaram ao **Reino do Kongo**, ao **Cabo Negro** e ao **Cabo da Boa Esperança**.

Na costa oriental de África, os portugueses chegaram ao **Natal** (África do Sul), a **Madagáscar** e a **Moçambique**.



Fig. 1 Reconstituição de uma caravela portuguesa. Foi com este tipo de embarcações que os portugueses navegaram até África.



Fig. 2 Figura representando a chegada de europeus à África. Os primeiros contactos entre europeus e africanos foram geralmente pacíficos.

Os primeiros contactos

Quando os primeiros europeus chegaram a África, estabeleceram contactos com os africanos.

No princípio, as relações políticas entre os reis africanos e os europeus eram de amizade e respeito mútuo. Prova disto foi quando os portugueses chegaram ao reino do Kongo e assinaram um acordo de cooperação que previa relações comerciais amigáveis. Mas este não foi cumprido pelos portugueses, porque o que eles pretendiam eram as riquezas tão desejadas e procuradas em Portugal e na Europa. O Kongo nada beneficiou desse acordo, tendo os portugueses tirado o maior proveito.

4.2. O Tráfico de escravos



Fig. 3 Uma caravana de escravos na África Oriental.

Os **Árabes** foram os primeiros a fazerem o **tráfico de escravos negros**, e vendiam-nos na Europa. Este comércio foi crescendo pouco a pouco, tendo evoluído muito devido à expansão árabe no Norte de África. Não tardou, os europeus tomaram contacto com este comércio e acabaram por se concentrar nele como mercadoria privilegiada.

A escravatura em África

Antes da chegada dos europeus já havia escravatura em África. Porém, existia uma grande diferença entre a escravatura praticada em África e o comércio de escravos praticado pelos europeus.

Em África, o escravo era acima de tudo um ser humano com direitos cívicos, e até podia possuir propriedades. Era integrado numa família. Por isso, a escravatura era **doméstica** ou **patriarcal** e não comercial. Havia algumas razões que davam origem à escravatura. Por exemplo, quando os pais fossem escravos, os filhos também nasciam escravos. E quando alguém ficasse a dever e não pagasse a dívida também podia tornar-se escravo. Por vezes, quando um tio, irmão da mãe, ficasse a dever a alguém e não tinha como pagar, este buscava a sobrinha ou o sobrinho e vendia-o para pagar a dívida, sendo este(a) reduzida à escravatura. Só o tio materno tinha este direito.

Estes escravos eram muitas vezes sujeitos a castigos corporais. Mas se o proprietário de escravos matasse um deles com agressões violentas, poderia pagar uma multa ao chefe da comunidade. Por esta razão, as situações de violência sobre os escravos eram muito raras nas sociedades africanas.

A guerra e a feitiçaria eram outras razões favoráveis para se obterem escravos. Os vencidos eram reduzidos à escravatura pelos vencedores. O homem ou a mulher acusados de prática de feitiçaria eram escravizados, assim como toda a sua família.

O primeiro navio europeu a chegar a águas tropicais foi comandado pelo navegador português Antão Gonçalves. Este atingiu a Costa da Mauritânia, onde capturou homens, mulheres e jovens num total de dez pessoas, levando-os para Portugal e vendendo-os como escravos.

Foi assim que em 1441 o tráfico de escravos teve o seu início na costa ocidental da África, tendo perdurado até ao século XIX.

Os investidores de Lisboa ficaram interessados no negócio de escravos, pelo que se associaram e financiaram uma expedição maior. Como resultado desta foram capturados 235 escravos que, mais uma vez, foram vendidos em Portugal (Lisboa). Foi deste modo que se inaugurou o trágico capítulo da história africana associado ao tráfico de escravos.

O tráfico de escravos na costa ocidental de África passou a ser monopólio dos portugueses, que não permitiam parceiros neste negócio altamente lucrativo. Mas não tardou que os Espanhóis entrassem na concorrência devido à notícia das riquezas provenientes do golfo da Guiné.

Fig. 4 O castelo de São Jorge da Mina (El-Mina), construído pelos portugueses na costa da Guiné em 1482, tornou-se um importante centro de tráfico de escravos.



4.2. O Tráfico de escravos

No Reino do Kongo, o tráfico de escravos era inicialmente monopólio do rei. Mas com a penetração, os portugueses comerciantes e missionários envolveram-se cada vez mais neste negócio.

Os Portugueses e os Espanhóis foram os pioneiros no comércio de escravos africanos para o **continente americano**. Em 1518, chegava o primeiro carregamento de escravos negros ao continente americano. Era a mudança na rota do comércio de escravos, isto é, da Europa para a América. Mais tarde, os Ingleses também entraram no negócio, e em 1562 enviaram o primeiro carregamento de escravos a partir da Serra Leoa.

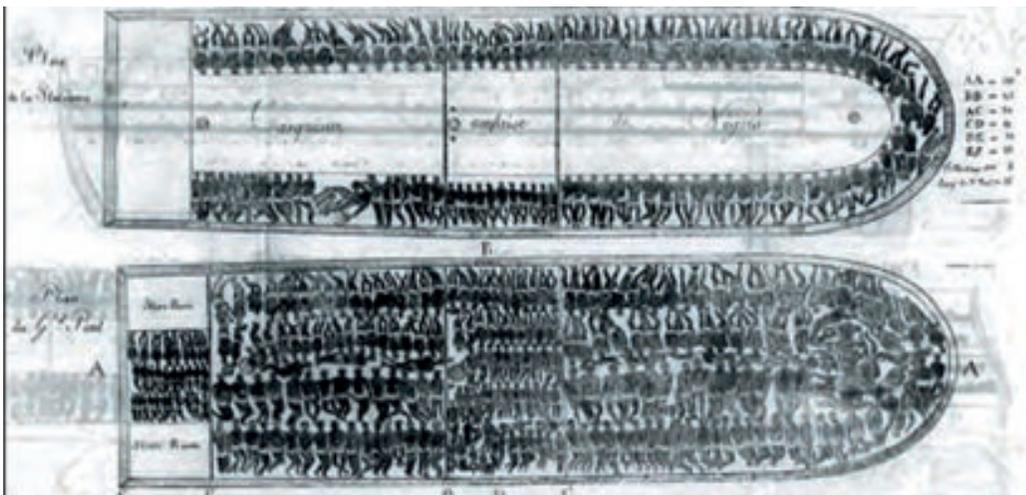


Fig. 5 Os navios negreiros destinavam-se ao transporte de escravos através do oceano, fazendo o máximo aproveitamento do pouco espaço disponível.

As plantações de **cana-de-açúcar** e de **tabaco** no continente americano aumentaram a necessidade da mão-de-obra africana. Por isso os escravos eram vendidos a preços altos, o que transformou este comércio num grande negócio e altamente lucrativo.

O circuito deste comércio chamou-se “**Comércio Triangular**”, porque tinha três lados, e cada um deles dava lucros. Os produtores de vários países da Europa (britânicos, franceses, portugueses, espanhóis, holandeses, dinamarqueses e outros) vendiam os seus produtos aos exportadores dos grandes portos do Atlântico. Entre os vários produtos destacam-se os **artigos de lã**, de **algodão** barato, **armas de fogo**, **pólvora** e **bebidas alcoólicas**. Esses produtos eram levados para a África, onde eram trocados por escravos. Era este o primeiro lado do comércio.

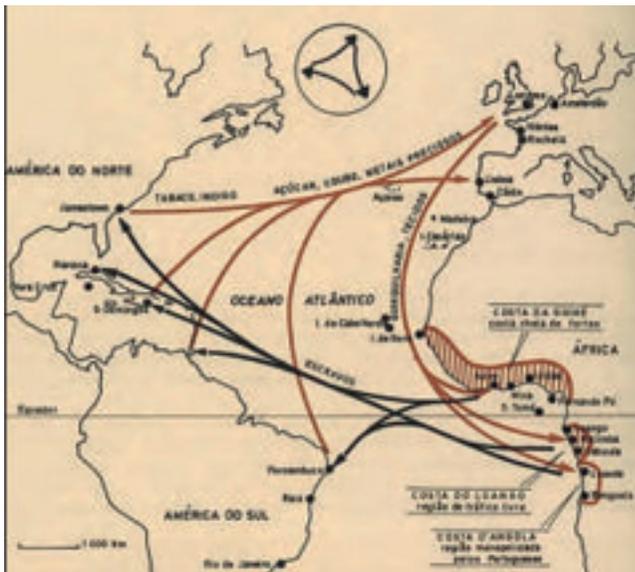


Fig. 6 Escravos africanos trabalhando numa plantação de tabaco nas Antilhas Holandesas.

Os produtores vendiam os seus artigos por preços muito mais elevados do que o custo do seu fabrico. Por isso, davam enormes lucros aos seus produtores.

Os **escravos** eram levados para o outro lado do Atlântico e vendidos nos mercados americanos. Este era o segundo lado do comércio.

Os comerciantes de escravos também lucravam muito porque vendiam os escravos a preços muito superiores aos que os tinham comprado. Com o dinheiro obtido compravam carregamentos de **açúcar** e de **tabaco**, cultivados pelos escravos para os venderem nos países da Europa. Este era o terceiro lado do comércio. Esta fase dava lucros aos plantadores e aos proprietários dos navios cargueiros.



O trabalho dos escravos africanos nas Américas gerou grandes fortunas na Europa, e isto ajudou alguns países a transformarem-se em nações comerciais poderosas, como a **Inglaterra** e a **França**.

Fig. 7 Mapa mostrando como se desenrolava o comércio triangular entre a África, a América e a Europa.

4.3. As classes dirigentes africanas e o tráfico



Fig. 8 Alguns chefes políticos africanos foram cúmplices do tráfico de escravos.

O tráfico de escravos praticado pelos países europeus só foi possível com a cumplicidade de alguns chefes políticos africanos. Os navios negreiros vinham para a África carregados de artigos de pouco valor, como **espelhos, missangas, aguardente e armas de fogo**. Chegados à costa de África, os comerciantes europeus trocavam estes produtos por **ouro, marfim, peles e sobretudo escravos**.

Devido aos fabulosos lucros que esse comércio dava, muitos dirigentes africanos envolveram-se cada vez mais nele, chegando mesmo a promover **guerras entre tribos e guerras de kuata-kuata** nas aldeias para obterem o maior número de escravos.

Os efeitos do tráfico no litoral

Devido à procura excessiva de escravos, as populações assustadas começaram a abandonar o litoral para se refugiarem no interior. Procuravam refúgio nos lagos do interior. Como os traficantes negreiros tinham medo de penetrar no interior, havia intermediários africanos que iam para lá caçá-los para os vender aos negreiros. Esses homens eram designados por **lançados**.

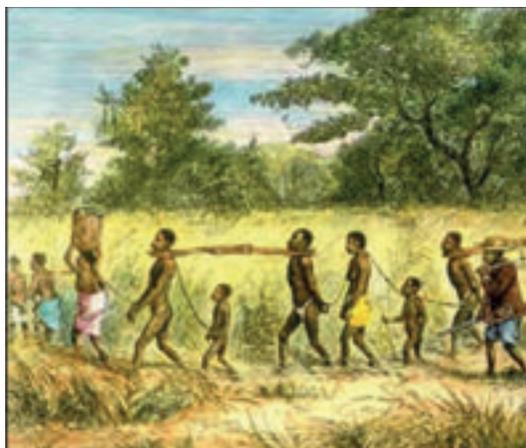


Fig. 9 Uma caravana de escravos.

4.3. As classes dirigentes africanas e o tráfico

Percorriam o interior, organizando guerras de razia, onde capturavam escravos que traziam para o litoral em caravanas.

Os lançados organizavam mercados onde os escravos eram vendidos em leilão. Em seguida, eram armazenados em pequenos quartos em condições desumanas à espera de embarque. Os escravos acorrentados eram postos em porões de navios muito apertados para serem transportados. Durante o transporte, muitos deles morriam devido às péssimas condições. Muitas vezes os escravos revoltavam-se durante a viagem, mas eram brutalmente reprimidos e outros eram simplesmente atirados ao mar!



Fig. 10 Transporte de escravos no porão de um navio negroiro.



Fig. 11 Desembarque de escravos num porto das Américas

Durante a travessia, muitos escravos adoeciam e estes também eram lançados ao mar. Os que chegavam vivos e sãos eram vendidos aos fazendeiros para trabalharem nas plantações de cana-de-açúcar, de tabaco, de café e nas minas.



Fig. 12 Um mercado de escravos no Brasil.

4.4. Consequências do tráfico em África, na América e na Europa



Fig. 13 Ataque a uma aldeia por caçadores de escravos.

O tráfico de escravos provocou efeitos dolorosos e destruidores no continente africano, e estes ainda hoje se fazem sentir.

A guerra e a caça ao homem passaram a ser uma necessidade, devido ao lucro e ao enriquecimento fácil. Muitos Estados africanos fortes ficaram desorganizados e os mais fracos chegaram mesmo a desaparecer. Pode mesmo afirmar-se que houve um grande retrocesso nas forças produtivas. Os povos, de agricultores regressaram à recollecção, deixando de ser sedentários. As classes dominantes, devido à intensidade do tráfico de escravos, ficaram enfraquecidas e tornaram-se presas fáceis dos negreiros europeus.

Durante quase cinco séculos, a África foi palco de guerras, razias e outras operações nefastas provocadas pelos europeus para obterem escravos. A África viu-se assim privada da força de trabalho necessária para o seu desenvolvimento, o que a lançou no atraso e no subdesenvolvimento. A deslocação forçada de milhares de africanos provocou a diminuição do crescimento natural da população, já que os homens, as mulheres e os jovens em idade produtora e reprodutora eram vendidos e levados para os outros continentes.

! AGORA QUE JÁ APRENDESTES, DEVES SABER...

- O tráfico de escravos na África Ocidental foi inaugurado pelo navegador português Antão Gonçalves em 1441.
- Este negócio tão lucrativo passou a ser monopólio dos Portugueses.
- As notícias das riquezas provenientes do golfo da Guiné levou os Espanhóis a entrarem na concorrência.
- Os Portugueses e os Espanhóis foram os pioneiros do comércio de escravos.
- O tráfico de escravos só foi possível graças à colaboração dos chefes políticos africanos, ávidos de enriquecimento fácil.
- As populações do litoral viram-se obrigadas a procurar refúgio no interior devido à caça ao homem, construindo paliçadas em lagos para se protegerem.
- A deslocação de milhares de africanos jovens para os outros continentes provocou a diminuição do crescimento da população e da força de trabalho necessária para o desenvolvimento, lançando a África no subdesenvolvimento.
- Como consequências nefastas, a África perdeu os seus melhores filhos, enquanto a Europa e a América fizeram a acumulação de grandes fortunas com o trabalho dos escravos negros.



TEMA 5.

A ÉPOCA COLONIAL EM AFRICA

ESTRUTURA DO TEMA

- 5.1. A abolição do tráfico de escravos: causas
- 5.2. As explorações geográficas
- 5.3. A conquista dos territórios
- 5.4. A conferência de Berlim
- 5.5. As resistências à ocupação
- 5.6. A implementação do sistema colonial
- 5.7. O surgimento do nacionalismo em África: consequências

TEMA 5. A ÉPOCA COLONIAL EM ÁFRICA

5.1. A abolição do tráfico de escravos: causas

A dada altura, a Inglaterra inventou máquinas para realizar um conjunto de actividades de produção e transformação de materiais. Estas substituíram o trabalho que era realizado pelos escravos. Assim, começou a surgir na Inglaterra uma onda de **condenação do comércio de escravos**. Em 1807, o governo inglês proibiu o comércio de escravos nos seus navios. A seguir, a França e outras nações europeias aderiram a esta atitude inglesa. Contudo, o comércio de escravos só chegou ao fim em 1880.

Nos finais do século XIX, todas as potências coloniais foram obrigadas a parar com o comércio de escravos.

Portugal foi a última potência colonial a parar com esse comércio, mas em sua substituição instalou o **trabalho forçado**, que era uma das características mais dominantes nas colónias portuguesas.



Fig. 1 Cerimónia de celebração da abolição da escravatura em Washington, nos EUA, em 1862.

Após a abolição do tráfico de escravos, os Europeus passaram a querer conhecer o interior de África. Os mais interessados eram os ingleses devido à invenção das máquinas industriais. Estas máquinas necessitavam de **matérias-primas**, e estas eram muito abundantes em África. Por isso, era preciso conhecer, conquistar e explorar este continente.

Para materializar esta intenção criou-se uma associação que integrava comerciantes, cientistas e humanistas denominada “**Associação para a Descoberta de África**”. Mais tarde passou a chamar-se “**Associação Africana**”.

As primeiras viagens foram realizadas sob tutela da bandeira inglesa.

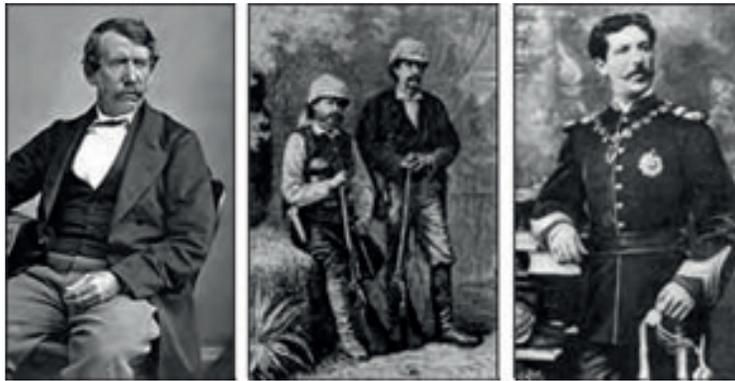


Fig. 2 Alguns exploradores de África: David Livingstone, Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, Serpa Pinto.

Foram vários os exploradores interessados em conhecer o interior de África. Entre eles, podemos destacar **Livingstone, Stanley, António da Silva Porto, Hermenegildo Capelo, Roberto Ivens, Alexandre Serpa Pinto e Henrique Dias de Carvalho**.

Muitos desses exploradores partiram de Angola para as suas viagens. Algumas cidades angolanas receberam a sua denominação, a exemplo da ex-cidade de Silva Porto (actual Cuito), Henrique de Carvalho (actual Saurimo, Capital da Lunda Sul), Serpa Pinto (actual Menongue, Cuando Cubango) ou Perreira d’Eça (actual Onjiva).

Muitos alemães, sobretudo missionários e pastores, também exploraram o interior do continente africano, mas a maioria deles sob tutela da bandeira inglesa.

5.3. A Conquista dos Territórios

Até finais de 1800, a África era ainda quase desconhecida, mas todas as potências europeias queriam mostrar a sua coragem e bravura explorando o interior do continente e retirando dele as matérias-primas que a Europa tanto necessitava para as suas indústrias.

A época em que se realizou a conquista e a ocupação colonial estendeu-se de 1880 a 1914. Foi o período em que o continente africano foi dividido, subjugado e ocupado pelas principais potências europeias da época.

Essas potências tinham grandes interesses económicos nas regiões do litoral do Atlântico e do Índico, mas tinham ainda pouco controlo sobre as populações africanas.

As acções militares de algumas potências demonstravam claramente que estavam interessadas em fazer uma **ocupação efectiva**. Isto levou a que todas as potências se interessassem em ter um controlo efectivo dos territórios africanos.

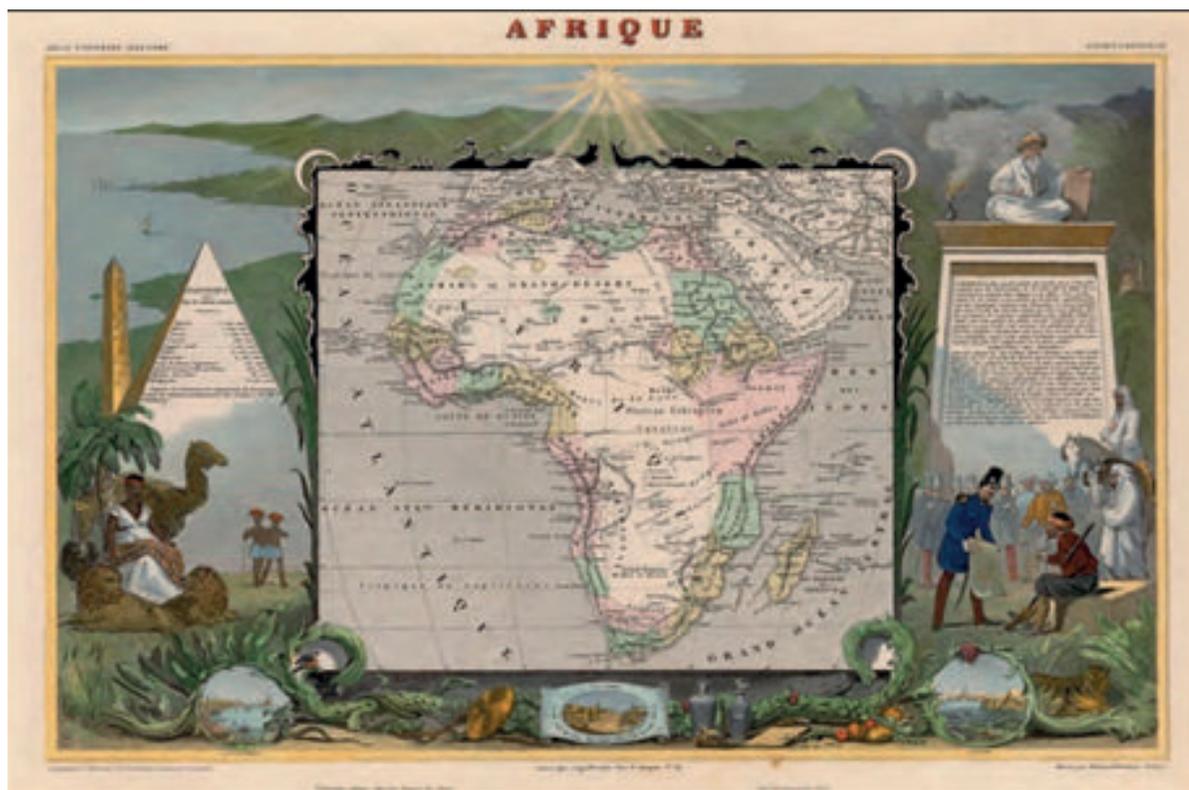


Fig. 3 Mapa francês de África de 1852.

A ocupação efectiva dos territórios

As informações fornecidas pelos exploradores atiçaram a cobiça das potências europeias, que não tardaram em lançar-se na ocupação do continente africano. Cada uma queria ocupar a maior parte dos territórios.

A luta pela ocupação dos territórios africanos ameaçava levar a Europa a uma guerra. Esta só foi evitada graças ao talento discreto e atento do chanceler (primeiro-ministro) alemão **Bismark**, que convocou a **Conferência de Berlim** para resolver todos os conflitos sobre a conquista e a ocupação de África.



Fig. 4 A Conferência de Berlim (1884–1885).

A Conferência de Berlim, que assim se chamou por se realizar na cidade alemã com o mesmo nome, teve o seu início a 15 de Novembro de 1884 e terminou a 23 de Fevereiro de 1885. Para se evitarem conflitos entre algumas potências (Portugal, Inglaterra, França e Bélgica), foi concedida ao rei Leopoldo II a administração da bacia do rio Congo e a Portugal foi reconhecida a soberania dos territórios situados na margem direita do rio Congo.

A Conferência de Berlim definiu as regras que legitimavam a ocupação efectiva dos territórios africanos em disputa.

Após a realização da Conferência de Berlim, os países europeus começaram a delimitar (traçar) as fronteiras das suas colónias, e até 1900 a maioria dessas fronteiras estava fixada. Assim, a África ficou dividida entre britânicos, franceses, alemães, portugueses, belgas e italianos.

5.5. As resistências à ocupação

A ocupação efectiva do continente africano pelas potências europeias foi feita na época em que ocorriam algumas **transformações económicas e sociais na Europa**. Estas transformações foram provocadas pela invenção de **máquinas industriais** na Inglaterra. Os Europeus precisavam de definir urgentemente o papel da África na aquisição das matérias-primas. Para isso era necessário ter um controlo efectivo dos territórios. A Conferência de Berlim contribuiu para este controlo efectivo dos territórios e para regular a concorrência entre as potências coloniais. Cada potência tinha que dar provas de controlo sobre os territórios que possuía.



Fig. 5 Tropas britânicas em campanha contra os Zulus em 1879, na África do Sul.

Foram assinados vários tratados bilaterais para delimitação do espaço que cada potência deveria ocupar, bem como as suas respectivas fronteiras. Os tratados assinados entre africanos e europeus foram apenas proveitosos para os europeus, pois utilizaram a **força como fonte de todo direito**.

Deste modo, as potências europeias dividiram o continente africano em dezenas de colónias, e todos os actuais países africanos ficaram dependentes deste ou daquele país europeu. Os chefes africanos viam os europeus como seus concorrentes rivais, que tinham adquirido a sua riqueza através do comércio negreiro.

O comércio que se exercia nas trocas só era possível com uma ocupação efectiva do território.

Os europeus romperam a velha aliança com os mercadores e intermediários africanos e passaram a recorrer à força para terem o direito exclusivo de comercializarem. Assim começa a resistência africana à penetração europeia.

O resultado de tudo isso foi uma resistência feroz por parte dos mercadores e chefes africanos que dominavam o comércio de escravos. Estes lutaram contra a penetração e a dominação europeia. Em resposta, os europeus trataram de destruir as bases económicas dos Estados africanos, estabelecendo uma nova forma de troca desigual e ocupando militarmente as zonas produtoras.

A importância histórica das resistências africanas

As resistências africanas contra a penetração europeia foram de longa duração, e os Estados africanos utilizaram todos os meios ao seu alcance. Mostraram o seu talento táctico e estratégico, habilidade e perícia.

Em todas as regiões de África destacaram-se figuras de resistência, tais como **Shaka Zulu** (África do Sul), **Ngungunhana** (Moçambique), **Menelik II** (Etiópia), **Ekuiqui II** e **Mandume** (Angola), entre outros.



Fig. 6 Shaka Zulu (à esquerda), Ngungunhana (ao centro) e Mandume (à direita).

5.5. As resistências à ocupação

Em toda a extensão do continente africano os exércitos europeus tiveram algumas derrotas no campo de batalha. Essas vitórias militares dos africanos, embora poucas, foram muito significativas. Tais vitórias demonstraram o grau de preparação dos africanos, a sua capacidade de organização e os objectivos que pretendiam nessa luta, que eram a **conservação da independência e soberania** nacionais. Isto estava bem patente (visível) em todas as regiões de África. As resistências africanas duraram aproximadamente duas décadas, e em algumas regiões três décadas (1880–1914). Houve casos particulares que se estenderam até 1917.

Os Estados africanos tinham um único propósito: defender e proteger a sua independência e o seu estilo tradicional de vida. Para isso, tinham de optar pelo **confronto directo**, a **aliança** ou a **aceitação da submissão**. Em algumas partes de África as resistências tiveram estas características.

5.6. A implantação do sistema colonial

Depois da realização da Conferência de Berlim, as potências europeias entram numa nova fase, que consistiu na **expansão do sistema colonial** a todo o continente africano. Apesar de existirem ainda alguns focos de resistências, o continente africano foi motivo de negociações. Os europeus envolvem-se numa série de conversações bilaterais para definir as suas posições.

O período colonial pode dividir-se em quatro épocas distintas, que vão de 1880 a 1960:

- O primeiro período foi o da **invasão e conquista**, que durou até 1900.
- O segundo foi o da **instalação do sistema colonial** e **destruição final** das resistências africanas. Prolongou-se até 1920 em algumas colónias.
- O terceiro foi o **período central do domínio colonial**. Estendeu-se de 1920 até 1950, embora houvesse algumas excepções.
- O quarto foi aquele em que uma **nova forma de resistência política africana** ocupou o centro das atenções. Isto começou a acontecer por volta de 1950. Esta nova forma de resistência política chamou-se nacionalismo. Era um nacionalismo orientado para a recuperação da independência africana.

Os sistemas coloniais foram diferentes porque cada potência europeia tinha os seus métodos de domínio. Contudo, todos os sistemas assentavam em duas regras básicas:

- A primeira era que os **interesses dos europeus tinham sempre prioridade sobre os interesses dos africanos**.
- A segunda regra era que as colónias existiam para dar **lucros** aos seus possuidores – os europeus. Portanto, o sistema colonial foi concebido para dar à Europa matérias-primas a baixo preço em troca das mercadorias que a Europa manufacturava.

A administração, o controlo e a exploração da mão-de-obra africana

Os colonialistas europeus utilizaram dois tipos de administração nas colónias africanas: administração directa e indirecta.

Era considerada **administração directa** aquela em que toda a terra e o poder político foram tomados pela força. Este tipo de administração foi utilizado nas colónias portuguesas.



Fig. 7 Fotografia de uma companhia de cipayos (tropas nativas) ao serviço do exército colonial português em Angola, em finais do século XIX.

Administração indirecta foi aquela em que os territórios só eram ocupados pelas potências europeias através de tratados assinados com os chefes africanos, como aconteceu nas colónias francesas e britânicas. Porém, muitas colónias de administração indirecta passaram depois para administração directa, como foi o caso do Zimbábwe.

5.6. A implantação do sistema colonial

O sistema colonial em África actuava como se a terra lhe pertencesse. Os colonialistas cometiam todo o tipo de abusos contra o povo. Se uma determinada área fosse necessária para construir cidades, plantações dos colonos ou para explorações mineiras, as populações que lá viviam eram retiradas à força.

As melhores terras eram ocupadas pelos governantes e pelos colonos, e as populações africanas eram obrigadas a viver nas terras pobres. A atitude colonial confrontava-se com os hábitos dos africanos no que diz respeito ao **uso da terra** e de **propriedade**. Foi imposto um sistema de leis para dominar e explorar as populações que veio destruir toda a estrutura sócio-política e cultural das sociedades africanas já existentes. Em seu lugar foi imposta a cultura do colonizador. Uma forte oposição africana resistiu ao modelo imposto pelo colonizador, mas os africanos acabaram por ser submetidos.



Fig. 8 Angolanos capturados pelo exército colonial português durante as revoltas no Huambo, em 1897–98.

A resistência dos africanos foi tomando várias formas e evoluiu à medida que se intensificavam a repressão e a exploração coloniais.

Cada potência explorava as colónias a que tinha direito no campo político, administrativo, económico e social para exercer um controlo efectivo sobre a população e aumentar os seus rendimentos.

Em Angola, o **Governador** do distrito orientava os chefes de postos que estavam sob sua tutela.

O governador era o factor determinante deste regime, que tinha como objectivo oprimir e explorar o povo africano. Ele tinha poderes de abuso muito amplos. Ainda assim, os governadores das colónias não conseguiam controlar as populações sozinhos. Então, tiveram que recorrer aos antigos chefes locais para os ajudar. Estes chefes locais chamavam-se **Sobas**, ou regedores. Havia também os **cipaio**s – estes eram agentes que reprimiam o povo e ajudavam os administradores e os Sobas.

Os Regedores e os Sobas tinham obrigações, tais como:

- Cobrança de impostos aos indígenas.
- Recrutamento de trabalhadores para o contrato nas minas e nas plantações.

Apesar do desempenho das funções, o Soba, ou regedor, não era considerado um trabalhador do regime colonial, e por isso não era pago. Mas ele cobrava uma taxa por cada trabalhador que regressava do contrato, e recebia também uma quantia para cada problema que resolvia na comunidade. Portanto, ele era um aliado do aparelho de exploração colonial. A maior parte da população indígena não tinha nenhum direito cívico e sofria a repressão colonial.



Fig. 9 Fotografia de um Soba angolano nos anos de 1940.

A economia

Agricultura

Na economia colonial, vigorava o sistema de plantações de culturas destinadas ao **mercado externo**, como o **algodão**, o **sisal**, a **cana-de-açúcar**, o **café**, o **tabaco** e outros produtos. O sistema de cultivo implicava a utilização de um grande número de homens em todas as tarefas, como nas plantações, na sacha, no corte, na colheita, na extracção mineira, no transporte para as fábricas – em suma, em todo o processo industrial. Todo este processo dependia muito da mão-de-obra barata que o governo

5.6. A implantação do sistema colonial

colonial conseguia através da criação de leis que instituíam o trabalho forçado ou o contrato. O trabalho forçado não se limitava apenas às grandes plantações e às roças dos colonos. Era também utilizado para a construção de obras públicas, como pontes, estradas, caminhos-de-ferro e outras.

Havia um controlo rigoroso da força de trabalho. O recenseamento colonial e a lei do porte de caderneta indígena passaram a constituir os principais elementos do controlo de pagamento dos impostos e do trabalho forçado.

A actividade mineira

Em Angola, embora Portugal fosse o país colonizador, este era pouco desenvolvido. Não possuía meios para o desenvolvimento da indústria. Por esta razão, permitiu que as outras potências investissem o seu capital financeiro em Angola.

Foi assim que as grandes companhias estrangeiras como a **Cotonang**, a **Diamang**, a **Cabinda Gulf** ou o **Caminho-de-Ferro de Benguela** desenvolveram as suas actividades na produção de matérias-primas como os **diamantes**, o **cobre**, o **ferro**, o **manganês** e o **petróleo**.

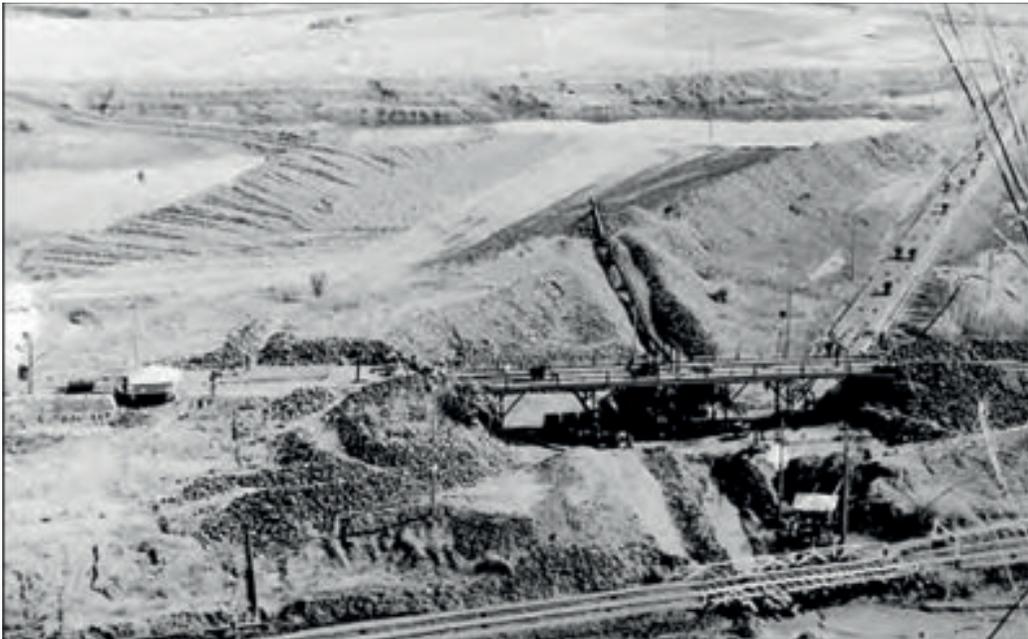


Fig. 10 Exploração de diamantes da Diamang na Lunda Norte.

O governo colonial português fornecia mão-de-obra gratuita e recebia uma percentagem mínima dos rendimentos. Esta foi a época de maior exploração das riquezas em Angola, porque Angola fornecia matérias-primas para os países industrializados.

Tanto as companhias estrangeiras como o governo colonial português exploravam a mão-de-obra africana de várias formas:

- Utilização do trabalho forçado nas plantações e transporte de mercadorias.
- Cobrança de impostos.
- Construção de estradas, pontes, caminhos-de-ferro, telégrafos, etc.
- Cultivo obrigatório de monoculturas.
- Exploração dos recursos minerais e pesqueiros.

As vias de comunicação

Em qualquer parte do mundo, as vias de comunicação (estradas, caminhos-de-ferro) sempre tiveram como objectivo principal o desenvolvimento de uma determinada região. A sua instalação faz surgir centros urbanos, centros agrícolas e industriais e permite a ligação de diferentes pontos de um país. Também facilita a deslocação das populações, o escoamento de produtos agrícolas e outros.



Fig. 11 O Caminho-de-Ferro de Benguela, no início do século XX.

As vias de comunicação são de grande importância porque contribuem para o desenvolvimento de um país.

5.7. O surgimento do nacionalismo em África: consequências

As resistências dos africanos contra a ocupação dos territórios começaram desde a chegada dos primeiros europeus em África. Os africanos nunca aceitaram a ocupação das suas terras pelos colonialistas nem a exportação das suas riquezas. Sempre resistiram à escravatura, às culturas obrigatórias e ao trabalho forçado.

Os povos africanos nunca aceitaram a dominação colonial, por isso a sua revolta foi crescendo de dia para dia. A resistência dos africanos assumiu diversas formas, tais como: a **recusa ao pagamento de impostos**, a **destruição de máquinas** e outros instrumentos de trabalho, **greves** e **formação de movimentos políticos** para lutarem contra o colonialismo.

Nas fábricas, nos portos e caminhos-de-ferro, nas plantações, nas minas e nas serrações, os camponeses e operários paralisavam o trabalho e faziam greves, protestando contra as más condições de trabalho, os baixos salários e a má alimentação.

Os grandes heróis da resistência à ocupação colonial em África foram:

Ngungunhana, em Moçambique, na África Oriental.

Shaka Zulu, da África do Sul.

Hluibi Langalibele, Lesotho, África do Sul.

Hendrik Witbooi, chefe da resistência contra os alemães na actual Namíbia.

Samory Touré dirigiu a resistência na África Ocidental.



Fig. 12 Alamy Samory Touré, um herói da resistência contra os colonizadores franceses, na África Ocidental.

A princípio, muitas dessas formas de lutas foram isoladas, não planificadas e demoravam pouco, porque o colonizador actuava duramente e acabava por controlar a situação.

Apesar disso, em toda a parte começaram a surgir africanos que formavam grupos para continuar a luta dos seus antepassados. Alguns desses grupos surgiram entre 1930–1950.

5.7. O surgimento do nacionalismo em África: consequências

Alguns africanos que tinham o privilégio de frequentarem o ensino secundário começaram a organizar-se em grupos e a criar algumas organizações. Em Angola, por exemplo, criaram-se duas organizações: a **Anangola** e a **Liga Nacional Africana**. Estas organizações reuniam-se muitas vezes para discutir a melhor maneira de acabar com o colonialismo. Mas estas não foram as únicas e as mais importantes formas de expressar as contradições e os conflitos entre colonizadores e colonizados. Contudo, noutras partes de África foram também aparecendo movimentos culturais e religiosos, muito deles com carácter político.

Muitos dos dirigentes desses movimentos contactaram os governos coloniais pedindo maior liberdade e melhores condições de vida para o seu povo, mas as suas reivindicações foram respondidas com violência, espancamentos e prisão. Quando o povo se manifestava contra as atitudes dos colonialistas, os governadores chamavam as tropas e mandavam abrir fogo.

Todas essas contradições nas sociedades coloniais em África contribuíram para o despertar da **consciência nacionalista**. Como algumas potências coloniais sempre se recusaram a dar a independência às suas colónias, respondendo com massacres, a exemplo de Portugal, os povos africanos começaram com a **luta armada de libertação** nos seus países. Desde o início, quase todos os países africanos apoiaram a luta armada. Alguns deles evidenciaram-se nesse apoio, a exemplo do ex-Kongo Belga, a Zâmbia, a Tanzânia e outros.

Em África, as independências começaram a surgir nos fins da década de 1950. Contudo, foi a partir da década de 1960 que a luta dos povos africa-



Fig. 13 Fotografia do I Congresso de Escritores e Artistas Negros, realizado em Paris, em Setembro de 1956.



Fig. 14 Marcelino dos Santos, Amílcar Cabral e Eduardo Mondlane na II Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, realizada em Dar-Es-Salam em Outubro de 1965.

5.7. O surgimento do nacionalismo em África: consequências

nos pela independência se desenvolveu bastante. Muitos países tornaram-se então independentes.

Na região austral do continente africano, alguns países que eram colônias da Inglaterra tornaram-se independentes, e outros ficaram em vias de se tornarem independentes.



Fig. 15 Guerrilheiros do MPLA na Frente Leste, em 1971.

O governo da Inglaterra teve que aceitar a ideia de que os povos desses países tinham o direito à independência. Por isso, através de acordos, esses países conseguiram a sua liberdade e autodeterminação.

Porém, o governo colonial português não aceitava a ideia de realizar acordos para concessão do direito à independência das suas colônias. Foi por esta razão que as colônias portuguesas foram as últimas a conquistarem a sua independência, que só foi possível através de uma luta árdua.



Fig. 16 O Monumento da Libertação em Lusaka, na Zâmbia, país que conquistou a independência em 24 de Outubro de 1964.



TEMA 6.

O NASCIMENTO DE NOVOS ESTADOS E O PRESENTE

ESTRUTURA DO TEMA

6.1. O nascimento de novos estados

- 6.1.1. Os primeiros países africanos independentes
- 6.1.2. 1960 - O Ano de África
- 6.1.3. Os movimentos de libertação nacional nas colónias portuguesas
- 6.1.4. Novos Estados na África Austral

6.2. Novas tarefas para nova África

- 6.2.1. Subdesenvolvimento, educação, saúde, ambiente
pobreza
- 6.2.2. os conflitos inter-étnicos e guerras inter-estatais

TEMA 6. O NASCIMENTO DE NOVOS ESTADOS E O PRESENTE

A partir de 1910, os povos africanos viveram acontecimentos que marcaram a história do seu continente. O primeiro acontecimento foi a Primeira Guerra Mundial, em que os africanos participaram não para o seu benefício mas para benefício dos colonialistas europeus, que no momento colonizavam todo o continente africano. Foi a partir deste grande acontecimento que o presidente Wilson dos EUA começou a pensar na sua declaração humanista, que anunciava a libertação dos povos.

A troca de experiências e os contactos directos com os trabalhadores de outras partes do mundo teve um certo reflexo nos africanos, tomando estes consciência da necessidade de reconquistar a sua soberania ou independência.

A partir da II Guerra Mundial, a luta anticolonial começou. De um modo geral, foi menos violenta nas colónias inglesas e mais violenta nas colónias francesas e portuguesas.

A nível do continente africano foram-se registando revoltas contra o sistema colonial europeu nos anos de 1930 e 1940. A princípio, estas formas de luta eram isoladas, não planificadas e duravam pouco tempo. Essas revoltas tiveram várias razões, como a exploração, a discriminação e a dominação colonialista secular. Por exemplo, nos territórios da Nigéria, da Costa do Ouro (Ghana) e na Serra Leoa realizaram-se nos anos de 1940 diversas manifestações anticoloniais contra os Britânicos.

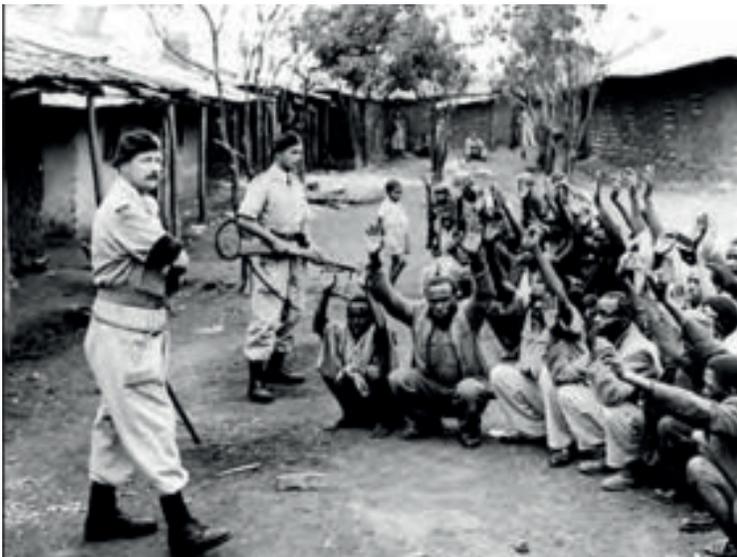


Fig. 1 Populares aprisionados por militares ingleses durante a sublevação Mau-Mau no Quênia, em 1952–1960.

6.1.1 Os primeiros países africanos independentes



Fig. 2 Os primeiros países africanos independentes.

No período entre 1950 e 1960, o continente africano foi marcado pelo surgimento de alguns Estados independentes que outrora eram territórios colonizados pelos países europeus.

Alguns países de África situados na região do Norte e do Ocidente tornaram-se independentes nos anos de 1950, nomeadamente a **Líbia**, que alcançou a sua independência a 24 de Dezembro de 1951; o **Sudão**, a 1 de Janeiro de 1956; **Marrocos**, a 2 de Março de 1956; e a **Tunísia**, a 20 de Março de 1956. O **Ghana**, que conquistou a sua independência a 6 de Março de 1957, tornou-se o primeiro Estado independente da África Negra. A **Guiné-Conakry** proclamou a sua independência a 2 de Outubro de 1958 e tornou-se o segundo Estado independente da África Negra.

Nenhum país africano obteve a sua independência como “presente” dos colonialistas.

A proclamação da independência desses seis países depois de 1950 deu impulso às posições das lutas anticoloniais nos países que ainda se encontravam sob o jugo colonial nos anos de 1960, com acções dos movimentos de libertação em quase todo o continente africano.

6.1. O Nascimento de novos Estados

Dezassete territórios colonizados pelas potências europeias tornaram-se Estados independentes como fruto dos resultados dos movimentos de libertação a nível de toda a África. Em 1960, foram proclamadas as seguintes Repúblicas:

- Camarões: 1 de Janeiro de 1960
- Togo: 27 de Abril de 1960
- Mali: 20 de Junho de 1960
- Senegal: 20 de Junho de 1960
- Madagáscar: 20 de Junho de 1960
- Congo-Leopoldville (actual Congo Democrático): 30 de Junho de 1960
- Somália: 1 de Julho de 1960
- Daomé (actual Benin): 1 de Agosto de 1960
- Níger: 3 de Agosto de 1960
- Alto-Volta (actual Burkina Faso): 5 de Agosto de 1960
- Costa do Marfim: 7 de Agosto de 1960
- Chade: 11 de Agosto de 1960
- República Centro-Africana: 12 de Agosto de 1960
- Congo-Brazaville: 15 de Agosto de 1960
- Gabão: 17 de Agosto de 1960
- República da Nigéria: 1 de Outubro de 1960
- Mauritânia: 28 de Novembro de 1960

Os líderes dos movimentos de libertação desses Estados desempenharam um grande papel no processo da luta de libertação de África, destacando-se Kwame Nkrumah do Ghana, Sekou Touré da Guiné-Conakry e Patrice Lumumba do Congo-Leopoldville, entre tantos outros.

A proclamação de independência constituiu o resultado de um desenvolvimento político interno dos países africanos e das relações com os outros países do mundo. Cada país escolheu o seu caminho de desenvolvimento social. Alguns decidiram optar pela via socialista, enquanto outros pela via capitalista.



Fig. 3 Patrice Lumumba.

6.1. O Nascimento de novos Estados

1960 – O Ano de África



SABIAS QUE...

O ano de 1960 foi universalmente considerado o “Ano de África” pelo facto de dezassete territórios africanos, outrora colónias das potências europeias, se terem tornado Repúblicas e Estados independentes.

Depois de proclamada a independência em vários países africanos notou-se que a África se distinguia por um grande conjunto de tribos, povoações e Estados. Era necessária a unidade de todos, como filhos deste imenso continente, também conhecido como terceiro grande continente do planeta.

De 23 a 25 de Maio de 1963 realizou-se em Addis-Abeba, capital da Etiópia, uma conferência de chefes de Estado e de governo dos países recentemente independentes de África.

Nesta conferência, a agenda de trabalhos tratava a questão da unidade africana e o respeito integral das fronteiras herdadas do sistema colonial europeu.



Fig. 5 A bandeira da Organização da Unidade Africana (OUA), criada em Addis-Abeba em 25 de Maio de 1963. A OUA foi substituída pela União Africana a 9 de Julho de 2002.



SABIAS QUE...

As fronteiras actuais dos países africanos foram delimitadas pelas potências europeias em 1884/85, quando os colonialistas decidiram na Conferência de Berlim a última partilha dos territórios africanos de acordo com os seus interesses.

6.1.3 Os movimentos de libertação nacional nas colónias portuguesas

Angola



Depois da Segunda Guerra Mundial (1939–1945), os africanos em África tomam a decisão de fazerem tudo para o aniquilamento do poder colonial nos seus próprios países.

Em 1954, foi publicada a lei que reforçava a categoria de indígena nas províncias portuguesas da Guiné, Angola e Moçambique. Esses africanos ficavam com mais dificuldades de abandonar o estatuto de indígena porque eram de raça negra ou os seus descendentes que não possuíam ainda a cultura e os hábitos dos cidadãos portugueses. Nas colónias portuguesas os assimilados ganharam então consciência que eram também filhos de África, e criaram nos anos de 1950 numerosas organizações nacionalistas.

Em 1954, foi criado no Norte de Angola o UPNA (União dos Povos do Norte de Angola), passando a ter depois a denominação de UPA (União dos Povos de Angola). Em 1962, com a fusão da UPA e do PDA, criou-se a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola).

6.1. O Nascimento de novos Estados



Fig. 6 Holden Roberto e outros dirigentes da UPA, em 1961.

Este movimento iniciou a sua luta armada na região do norte de Angola, nomeadamente no distrito de Carmona, (Uíge), cuja capital tinha igualmente o nome de Carmona e no distrito do Zaire, cuja capital era São Salvador do Congo (Mbanza Kongo), com extensão para sul, na actual província do Bengo. A sua primeira manifestação foi através de ataques às fazendas de café, porém mais tarde estendeu-se às grandes cidades. A FNLA teve como retaguarda de luta o Ex-Congo Belga (actual República Democrática do Congo), liderado na altura pelo presidente Joseph Kasavubu, (1960-1965) e posteriormente pelo general Joseph Mobutu (1965-1996). A FNLA era liderada por Holden Roberto.

Em 1956 surge o Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA). Nesse mesmo ano circulava um documento a que foi dado o nome de Manifesto. Este documento apelava à criação de um amplo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Com as acções de luta, a geração nacionalista tomava consciência, criando ainda outras organizações: em 1958, o Movimento para a Independência de Angola (MIA), e em 1959 o Movimento para a Independência Nacional de Angola (MINA). Depois da fusão dessas organizações políticas em 1962, Agostinho Neto toma a direcção do MPLA.



Fig. 7 Agostinho Neto.

6.1. O Nascimento de novos Estados



Fig. 8 Jonas Savimbi.

Em 1966, criou-se um outro movimento denominado UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), fundado por Jonas Malheiro Savimbi, ex-ministro das Relações Exteriores do GRAE (Governo Revolucionário de Angola no Exílio, sediado em Kinshasa), e dissidente da FNLA.

Depois da FNLA ter desistido da guerra fratricida que continuou após a independência, Savimbi continuou a luta até 22 de Fevereiro de 2002, data da sua morte.

Com as armas em punho, lutando juntamente com os outros partidos como o FNLA, MPLA, UNITA, etc., os Angolanos reverteram 14 anos mais tarde a sua situação. Com a pressão dos guerrilheiros de Angola e dos outros países africanos sob dominação colonial portuguesa, no dia 25 de Abril de 1974 houve um golpe de Estado em Portugal. Este golpe foi dirigido pelo Movimento das Forças Armadas (MFA).

O povo português numa maneira geral levantou-se. Esse levantamento geral designou-se “Revolução dos Cravos”. A sua vitória trouxe liberdade ao povo português e abriu caminho ao processo de independência das colónias portuguesas em África em geral, e de Angola em particular.



Fig. 9 Discurso da Proclamação da Independência de Angola, por Agostinho Neto.

Isso fez com que alguns meses depois se estabelecesse a data de negociações que culminaram nos acordos de Alvor. As mesmas permitiram a marcação da data da proclamação da Independência de Angola para o dia 11 de Novembro de 1975, o que foi feito por Agostinho Neto, que assim se tornou o primeiro Presidente da República Popular de Angola.

TEXTO DA PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA, PELO DR. ANTÓNIO AGOSTINHO NETO, ÀS ZERO HORAS DO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 1975

Em nome do Povo angolano, o Comité Central do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), proclama solenemente perante a África e o Mundo a Independência de Angola.

Nesta hora o Povo angolano e o Comité Central do MPLA observam um minuto de silêncio e determinam que vivam para sempre os heróis tombados pela Independência da Pátria.

Correspondendo aos anseios mais sentidos do Povo, o MPLA declara o nosso País constituído em República Popular de Angola.

Durante o período compreendido entre o encontro do Alvor e esta Proclamação, só o MPLA não violou os acordos assinados.

Aos laçaios internos do imperialismo de há muito os deixámos de reconhecer como movimentos de libertação.

Quanto a Portugal, o desrespeito aos acordos de Alvor é manifesto, entre outros, no facto de sempre ter silenciado a invasão de que o nosso País é vítima por parte de exércitos regulares e de forças mercenárias. Esta invasão, já conhecida e divulgada em todo o mundo, nem sequer mereceu comentários por parte das autoridades portuguesas que, de facto, não exerceram a soberania a não ser nas áreas libertadas pelo MPLA. Por outro lado, o nosso Movimento enfrenta no terreno várias forças reacçãoárias que integram uma espécie de brigada internacional fascista contra o Povo angolano. E nessa aliança incluem-se torças reacçãoárias portuguesas que participam na invasão do Sul do País, que o governo português não só não combateu como legitimou tacitamente pelo silêncio e passividade.

Não obstante as organizações fantoches conluídas com exércitos invasores terem de há muito sido denunciadas pelo Povo angolano e por todas as forças progressistas do mundo, o governo português teimou em considerá-las como movimento de libertação, tentando empurrar o MPLA para soluções que significariam uma alta traição ao Povo angolano.

Mais uma vez deixamos aqui expresso que a nossa luta não foi nem nunca será contra o povo português. Pelo contrário, a partir de agora, poderemos cimentar ligações fraternas entre dois povos que têm de comum laços históricos, linguísticos e o mesmo objectivo: a liberdade.

Em Dezembro de 1956, no Manifesto da sua fundação, o MPLA vincava já a sua determinação inquebrantável de luta por todos os meios para a independência completa de Angola afirmando - «o colonialismo não cairá sem luta. É por isso que o Povo angolano só se poderá libertar pela guerra revolucionária. E esta apenas será vitoriosa com a realidade de uma frente de unidade de todas as forças anti-imperialistas de Angola que não esteja ligada à cor, à situação social, a credos religiosos e tendências individuais; será vitoriosa graças à formação de um vasto MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANCOLA».

Força galvanizadora e de vanguarda do nosso Povo, o MPLA inicia heroicamente na madrugada de 4 de Fevereiro de 1961 a insurreição geral armada do Povo angolano contra a dominação colonial portuguesa.

O longo caminho percorrido representa a história heróica de um Povo que sob a orientação unitária e correcta da sua vanguarda, contando unicamente com as próprias forças, decidiu combater pelo direito de ser livre e independente.

Apesar da brutalidade da opressão e do terror imposto pelo colonialismo para asfixiar a nossa luta, o Povo angolano, guiado pela sua vanguarda revolucionária, afirmou de uma maneira irrefutável a sua personalidade africana e revolucionária. Tendo como princípio a unidade de todas as camadas sociais angolanas em torno da linha política e da formulação clara dos seus objectivos, definido correctamente os aliados, amigos e inimigos, o Povo angolano, sob a direcção do MPLA, venceu finalmente o regime colonial português.

Derrotado o colonialismo, reconhecido o nosso direito à independência que se materializa neste momento histórico, está realizado o programa mínimo do MPLA. Assim nasce a jovem REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA, expressão da vontade popular e fruto do sacrifício grandioso dos combatentes da libertação nacional.

Porém, a nossa luta não termina aqui. O objectivo é a independência completa do nosso País, a construção de uma sociedade justa e de um Homem Novo.

A luta que ainda travamos contra os laçaios do imperialismo que nesta ocasião se não nomeiam para não denegrir este momento singular da nossa história, integra-se no objectivo de expulsar os invasores estrangeiros, os mesmos que pretendem a neocolonização da nossa terra.

Constitui deste modo preocupação fundamental do novo Estado libertar totalmente o nosso País e todo o nosso Povo da opressão estrangeira.

Realizando concretamente as aspirações das largas massas populares, a República Popular de Angola, sob a orientação do MPLA, caminha progressivamente para um Estado de Democracia Popular. Tendo por núcleo a aliança dos operários e camponeses, todas as camadas patrióticas estarão unidas contra o imperialismo e seus agentes.

Os órgãos do Estado da República Popular de Angola guiar-se-ão pelas directrizes superiores do MPLA mantendo-se assegurada a primazia das estruturas do Movimento sobre as do Estado.

E o próprio Movimento não poderá ser nunca um organismo petrificado. Dotado de grande vitalidade e profundamente ligado à dinâmica da revolução, ir-se-á modificando quantitativamente e qualitativamente até ao grande salto que o transformará em partido no seio de uma larga frente revolucionária.

Com a proclamação da República Popular de Angola as FORÇAS ARMADAS POPULARES DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA (FAPLA) são institucionalizadas em exército nacional.

As FAPLA, braço armado do Povo, sob a firme direcção do MPLA constituem um exército popular que tem por objectivo a defesa dos interesses das camadas mais exploradas do nosso Povo.

Preparadas na dura luta de libertação nacional contra o colonialismo português e armadas de teoria revolucionária, continuam a ser um instrumento fundamental da luta anti-imperialista.

Às FAPLA, como força, libertadora da República Popular de Angola, caberá defender a integridade territorial do País e, na qualidade de exército popular, participar ao lado do Povo na produção para a grandiosa tarefa da RECONSTRUÇÃO NACIONAL.

Angola é um País subdesenvolvido. Devemos ter uma profunda consciência do significado e consequências deste facto.

Os índices tradicionalmente usados para definir o subdesenvolvimento são plenamente confirmados em Angola. Eles dão a imagem da profunda miséria do Povo angolano. Mas dizer que o nosso País é subdesenvolvido não basta, é necessário acrescentar imediatamente que Angola é um País explorado pelo imperialismo; que gravita na órbita do imperialismo.

Estas duas componentes conjugadas - o subdesenvolvimento e a dependência - explicam por que razão a economia de Angola é tão profundamente distorcida, com um sector dito «tradicional», ao lado de sectores de ponta, e regiões retardatárias cercando os chamados «pólos de desenvolvimento». Mas eles explicam também toda a crueza da injustiça das relações sociais.

Pondo ponto final ao colonialismo e barrando decididamente caminho ao neocolonialismo, o MPLA afirma, neste momento solene, o seu propósito firme de mudar radicalmente as actuais estruturas, definindo desde já que o objectivo da reconstrução económica será a satisfação das necessidades do Povo.

Longo caminho teremos de percorrer. Teremos de pôr a funcionar em pleno a máquina económica e administrativa, combater o parasitismo de todo o tipo, acabar progressivamente com as distorções entre os sectores da economia, entre as regiões do País, edificar um Estado de Justiça Social. A economia será planificada para servir o homem angolano e nunca o imperialismo devorador. Ela será permanentemente orientada para uma economia auto-centrada, isto, é, realmente angolana.

A luta pela Independência económica será, consequentemente uma constante da nossa estratégia.

Assim; coerente com as linhas traçadas; a República Popular de Angola lançar-se-á cada vez mais em projectos de industrialização das nossas próprias matérias-primas e mesmo em projectos de indústria pesada.

No entanto, tendo em conta o facto de Angola ser um País em que a maioria da população é camponesa, o MPLA decide considerar a agricultura como a base; e a indústria como factor decisivo do nosso progresso.

O Estado angolano terá assim a capacidade de resolver com justiça o grave problema das terras e promoverá a criação de cooperativas e empresas estatais no interesse das massas camponesas.

As actividades privadas, mesmo as estrangeiras, desde que úteis à economia da Nação e aos interesses do Povo, serão em seu nome protegidas e encorajadas, tal como estabelece o Programa Maior do nosso Movimento.

A República Popular de Angola estará aberta a todo o mundo para as suas relações económicas.

Aceitará a cooperação internacional com o pressuposto indiscutível de

que a chamada «ajuda externa» não deve ser condicionada ou condicionante. A longa história do MPLA demonstra à evidência que como força dirigente da República Popular de Angola jamais trairá o sagrado princípio da Independência Nacional.

As nossas relações internacionais serão sempre definidas pelo princípio da reciprocidade de vantagens.

A República Popular de Angola tratará com especial atenção as relações com Portugal e, porque deseja que elas sejam duradouras, estabelecerá-las numa base nova despida de qualquer vestígio colonial.

O actual contencioso com Portugal será tratado com serenidade para que não envenene as nossas relações futuras.

É evidente que numa primeira fase a nossa economia se ressentirá com a falta de quadros. Para responder a esta carência será elaborado um plano expedito de formação de quadros nacionais, ao mesmo tempo que se apelará para a cooperação internacional nesse domínio. As nossas escolas, a todos os níveis, deverão sofrer uma remodelação radical para que possam de facto servir o Povo e a reconstrução económica.

O imperialismo não desarma.

Vencido o colonialismo, pretende agora impor-nos novo regime de exploração e opressão utilizando os seus lacaios internos, na vã tentativa de destruir as conquistas já alcançadas pelo Povo.

A determinação revolucionária do nosso Povo de combater a exploração do homem pelo homem, a contradição antagónica que nos separa dos inimigos impõe-nos uma nova guerra Libertadora que assume a forma de Resistência Popular Generalizada e que será prosseguida até à vitória final.

Neste contexto reveste-se de preponderante importância a produção como frente de combate e condição basilar e vital para o avanço da nossa resistência. E para dar unidade de acção a todo o esforço produtivo do nosso Povo, para tirar o máximo rendimento do trabalho das massas, para que seja efectivamente garantido o apoio às gloriosas FAPLA, a República Popular de Angola tomará todas as medidas necessárias para enfrentar a situação decorrente da invasão do nosso País.

A República Popular de Angola reitera solenemente a decisão de lutar pela integridade territorial de Angola opondo-se a toda e qualquer tentativa de desmembramento do País.

A República Popular de Angola considera tarefa prioritária, vital e inalienável a expulsão dos exércitos zairenses e sul-africanos, e dos fascistas portugueses, assim como as dos fantoches angolanos e mercenários de várias origens, que constituem as forças conjugadas do imperialismo na agressão ao nosso País.

A nossa luta anti-imperialista, sob a forma de resistência, é a expressão de uma irredutível contradição de classe, que opõe os interesses do nosso Povo aos do imperialismo internacional. Porém, as contradições existentes no seio do Povo, entre as várias classes e grupos sociais anti-imperialistas, pertencem à categoria de contradições secundárias, e como tal devem ser resolvidas.

A República Popular de Angola propõe-se dinamizar e apoiar a instauração do Poder Popular à escala nacional. As massas trabalhadoras exercerão assim o poder a todos os escalões, única garantia da formação do homem novo e do triunfo da nossa revolução.

A República Popular de Angola considera como um dever patriótico inalienável e de honra a assistência privilegiada e a protecção especial aos órfãos de guerra, aos diminuídos e mutilados de guerra pelos sacrifícios consentidos na luta de libertação nacional.

Enviará ainda todos os esforços, no sentido da reintegração completa na sociedade de todas as vítimas da guerra de libertação nacional.

A República Popular de Angola reafirmará o propósito inabalável de conduzir um combate vigoroso contra o analfabetismo em todo o País, promover e difundir uma educação livre, enraizada na cultura do Povo angolano.

O Estado realizará todos os esforços para instituir à escala nacional uma assistência médica e sanitária eficiente, dirigida fundamentalmente às massas camponesas até agora privadas desse direito pelo colonialismo.

Preocupação dominante do novo Estado será também a abolição de todas as discriminações de sexo, idade, origem étnica ou racial e religiosa, e a instituição rigorosa do justo princípio: - «a trabalho igual, salário igual».

A República Popular de Angola, sob a orientação justa do MPLA, estimulará o processo da emancipação da mulher angolana, direito conquistado através da sua participação na luta de libertação nacional e na produção para a resistência generalizada do nosso Povo.

A República Popular de Angola afirma-se um Estado laico com separação completa da Igreja do Estado, respeitando todas as religiões e protegendo as igrejas, lugares e objectos de culto e instituições legalmente reconhecidas.

A República Popular de Angola, ciente da sua importância e das responsabili-

dades que lhe cabem no contexto da África Austral e do mundo, reitera a sua solidariedade para com todos os povos oprimidos do mundo, em especial os povos do Zimbábue e da Namíbia contra a dominação racista.

O Povo de Angola, sob a orientação da sua vanguarda revolucionária o MPLA, exprime a sua solidariedade militante para com o povo da África do Sul na sua luta contra o regime racista que o oprime.

Reafirma a sua solidariedade combatente e militante com os povos de Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e com as suas vanguardas revolucionárias, FRELIMO, PAIGC e MLSTP, companheiros das horas difíceis da nossa luta comum.

Reafirma a sua solidariedade militante e combatente com o povo de Timor dirigido pela sua vanguarda revolucionária a FRETILIN.

Reafirma a sua solidariedade com o povo palestino na sua justa luta pelos seus direitos nacionais contra o sionismo.

Alcançada a Independência Nacional, o MPLA e o Povo angolano agradecem comovidos a ajuda prestada por todos os povos e países amigos à nossa luta heróica de libertação nacional.

O nosso agradecimento dirige-se a todos os povos e países africanos que estiveram do nosso lado, aos países socialistas, às forças revolucionárias portuguesas, às organizações progressistas e governos de países ocidentais que souberam compreender e apoiar a luta do Povo angolano. A República Popular de Angola, soberana, manterá relações diplomáticas com todos os países do mundo, na base dos princípios de respeito mútuo, da soberania nacional, não ingerência, de respeito pela integridade territorial, não agressão, igualdade e reciprocidade de vantagens, e da coexistência pacífica.

A República Popular de Angola, Estado africano, livre e independente, exprime a sua adesão aos princípios da Carta da Unidade Africana e da Carta das Nações Unidas.

A política externa da República Popular de Angola, baseada nos princípios de total independência, seguidos desde sempre pelo MPLA será de não alinhamento.

A República Popular de Angola saberá respeitar os compromissos internacionais que assumir, assim como respeitará as vias internacionais que utilizam o seu território.

A República Popular de Angola, País empenhado na luta anti-imperialista, terá por aliados naturais os países africanos, os países socialistas e todas as forças progressistas do Mundo.

Compatriotas, Camaradas!

No momento em que o Povo angolano se cobre de glória pela vitória do sacrifício dos seus melhores filhos, saudamos na República Popular de Angola o nosso primeiro Estado, a libertação da nossa querida Pátria.

De Cabinda ao Cunene, unidos pelo sentimento comum de Pátria, cimentado pelo sangue vertido pela liberdade, honramos os heróis tombados na longa resistência de cinco séculos e seremos dignos do seu exemplo.

Respeitamos as características de cada região, de cada núcleo populacional do nosso País, porque todos de igual modo oferecemos à Pátria o sacrifício que ela exige para que viva.

A bandeira que hoje flutua é o símbolo da liberdade, fruto do sangue, do ardor e das lágrimas, e do abnegado amor do Povo angolano.

Unidos de Cabinda ao Cunene, prosseguiremos com vigor a Resistência Popular Generalizada e construiremos o nosso ESTADO DEMOCRÁTICO E POPULAR.

HONRA AO POVO ANGOLANO
GLÓRIA ETERNA AOS NOSSOS HERÓIS
A LUTA CONTINUA!
A VICTÓRIA É CERTA!

6.1. O Nascimento de novos Estados

Guiné-Bissau e Cabo Verde



SABIAS QUE...

Cabo Verde é um arquipélago de origem vulcânica constituído por algumas ilhas montanhosas e sem rios permanentes. O cabo propriamente dito, (parte do continente que entra no mar) e que está associado ao nome de Cabo Verde encontra-se na República do Senegal). Recorde-se que em África existem três principais cabos, nomeadamente: o Cabo Verde (Senegal), o Cabo da Boa Esperança (África do Sul) e o Cabo de Guardafui (Somália).



Fig. 10 Amílcar Cabral.

Depois do seu regresso à Guiné, em Setembro de 1956, Amílcar Cabral funda clandestinamente o Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC), em Bissau. Em 1959, este partido organiza a primeira greve de trabalhadores, que foi reprimida pelos Portugueses. Este facto deu lugar em 23 de Janeiro de 1963 ao começo da luta armada de libertação nacional no sul do país, que depois se estendeu a outras áreas do território.

A 20 de Janeiro de 1973, o líder do partido PAIGC é assassinado em Conacry, capital da Guiné Conacry. O II Congresso do Partido, realizado de 18 a 23 de Julho, elege por unanimidade Aristides Pereira para o cargo de Secretário-Geral do partido.

Na sua I Assembleia Nacional Popular, realizada a 24 de Setembro do mesmo ano (1973) foi, ainda no maqui, proclamada unilateralmente a independência e eleito Luís Cabral como Presidente do Conselho de Estado.

Verifica-se o aumento da luta de libertação contra o exército português, e mesmo o reconhecimento da República da Guiné-Bissau por parte de outros países. Portugal reconhece a independência da Guiné-Bissau a 26 de Agosto de 1974.

A fusão entre as tendências estava longe de se efectuar, e aos 14 de Novembro de 1980 dá-se um golpe de Estado dirigido por João Bernardo Vieira (Nino Vieira), que fora o chefe militar du-



Fig. 11 Aristides Pereira.



Fig. 12 João Bernardino Vieira (Nino Vieira).

rante a guerra de libertação. Este consegue derrubar Luís Cabral, e o acontecimento marca o corte de relações entre a Guiné-Bissau e Cabo-Verde e, subsequentemente, a ruptura do partido que até então tinha dirigido os dois países. A 20 de Janeiro de 1981, os Cabo-Verdeanos fundam um novo partido denominado Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV), mas a Guiné-Bissau mantém a sigla histórica do partido denominado PAIGC.

A história de Cabo-Verde reconhece o dia 5 de Julho de 1975 como o dia da independência oficialmente aceite.

Moçambique

Em 1962, Eduardo Mondlane funda a organização política denominada Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), juntando-se com três grupos independentes de nacionalistas moçambicanos. A partir daí, começa a organizar actividades políticas clandestinas. A FRELIMO desencadeia a luta política e militar do povo moçambicano contra o colonialismo português, dando início à luta armada a 25 de Setembro de 1964. Em Fevereiro de 1969, Eduardo Mondlane é assassinado por agentes do colonialismo português. Realiza-se o II Congresso da FRELIMO e Samora Machel é eleito presidente da organização.



A 25 de Abril de 1974 o colonialismo português conheceu a sua derrota com o golpe de Estado que pôs fim ao regime colonial fascista. Em Moçambique cria-se um governo de transição, e em 25 de Junho de 1975 é proclamada a República Popular de Moçambique. Samora Machel assume a presidência do Estado.



Fig. 13 Eduardo Mondlane.



Fig. 14 Samora Machel

6.1. O Nascimento de novos Estados

São Tomé e Príncipe



SABIAS QUE...

São Tomé e Príncipe é um arquipélago de origem vulcânica constituído pela ilha de São Tomé, mais montanhosa, e a ilha do Príncipe.



Fig. 15 Pinto da Costa.

Em 1972, o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) surgiu a partir do Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe, fundado em 1960 sob a presidência de Manuel Pinto da Costa. Em 26 de Novembro de 1974, o MLSTP e representantes do governo português assinaram em Argel um acordo que definiu as etapas de transição para a independência. A independência foi proclamada a 12 de Julho de 1975 pelo MLSTP, e Manuel Pinto da Costa tornou-se o primeiro Presidente da República.

De todos os territórios pertencentes às colónias portuguesas, apenas São Tomé e Príncipe não teve qualquer movimento de libertação forte e organizado com o intuito de lutar pela libertação nacional.

6.1.4 Novos Estados na África Austral



SABIAS QUE...

O actual Zimbabwe nos tempos mais antigos era chamado Grande Zimbabwe devido à maior construção do seu tempo na África Negra. A população que deu origem a estes vestígios é geralmente conhecida por Civilização dos Mazimbabwe.



A independência do Zimbabwe

A Rodésia (actual Zimbabwe) era um território que estava integrado numa federação, juntamente com a Zâmbia e o Malawi. Em 1964, a Zâmbia e o



Fig. 16 Joshua Nkomo.

Malawi tornaram-se independentes, recusando os objectivos dos colonos brancos ingleses de perpetuarem a sua dominação. Na Rodésia, as populações começaram a manifestar-se a favor da sua independência. Londres sente-se pressionada a transferir gradualmente o poder de Smith para a maioria negra. Inicia-se a luta armada organizada em torno de dois grandes grupos: a União Popular Africana do Zimbabwe (ZAPU), dirigida por Joshua Nkomo, e a União Nacional Africana do Zimbabwe (ZANU), dirigida por Robert Mugabe.

A luta armada é associada à luta política e levada até à própria capital: Harare (ex-Salisbury).

Em 1979, depois das eleições, o bispo Abel Muzorewa assume o lugar de Primeiro-Ministro e muda o nome do país, de Rodésia para Zimbabwe. A situação política altera-se quando a Grã-Bretanha, depois de um curto período de transição, entrega o poder ao grande vencedor das eleições: a ZANU de Robert Mugabe.



Fig. 17 Robert Mugabe.

SABIAS QUE...

O actual território da Namíbia já foi chamado de Sudoeste Africano.

A independência da Namíbia

A Namíbia era um país ocupado ilegalmente pelos racistas Sul-Africanos. A Organização Popular do Sudoeste Africano (SWAPO) foi fundada em 1960 e presidida por Sam Nujoma. É a organização política de libertação da Namíbia.

A SWAPO iniciou a luta armada em 26 de Agosto de 1966 através do Exército Popular de Libertação da Namíbia. Dois anos depois, a ONU



6.1. O Nascimento de novos Estados

proclama a ilegalidade da ocupação sul-africana do país, que passa a chamar-se Namíbia pela comunidade internacional. Angola torna-se independente em 1975, e a SWAPO encontra protecção e intensifica a guerra de guerrilha.

Em 1980, o Zimbabwe torna-se independente e aumenta as pressões internacionais contra a África do Sul para a descolonização da Namíbia. Sob a égide das Nações Unidas, o governo sul-africano foi pressionado a negociar com a SWAPO a descolonização da Namíbia.

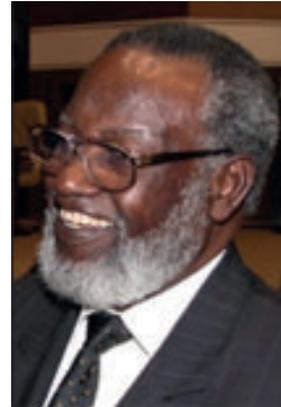


Fig. 18 Sam Nujoma.

Em Setembro de 1992, a Namíbia torna-se independente e Sam Nujoma torna-se o primeiro presidente da República da Namíbia.

O fim do Apartheid na África do Sul



SABIAS QUE...

Apartheid significa “desenvolvimento separado dos grupos de raças” – uma doutrina que foi praticada na República Sul-Africana.



Os primeiros brancos chegaram à actual África do Sul em 1652. Esses brancos fundaram em 1910 a União Sul-Africana como domínio britânico. Depois são fundados dois partidos: o Partido Comunista Sul-Africano, constituído por várias raças, e o Partido Nacional Africano (ANC), primeira organização política de libertação do continente africano. A partir de 1948, todos os membros de governo e altos funcionários passaram a ser brancos e membros do Partido Nacionalista, que atingiu o poder do Estado da República Sul-Africana.

A República Sul-Africana foi proclamada em 31 de Maio de 1961 pelo presidente da República Morais Viljoen.

Em 1960, o país conhece manifestações negras pacíficas que foram duramente reprimidas.



Fig. 19 Fotografia do Massacre de Sarpville, em 1960, durante o qual uma manifestação pacífica de opositores ao Apartheid foi brutalmente reprimida pela polícia racista sul-africana.

Era empregue uma política de segregação racial absoluta, conhecida por “Apartheid”, condenada severamente por quase toda a comunidade internacional. Uma minoria de brancos dominava selvaticamente uma maioria negra. Os negros não tinham o direito de ser livres, de escolher o lugar da sua residência, de estudar e até mesmo de trabalhar. A vida dos negros na África do Sul era separada da dos brancos. O Apartheid começou a sofrer golpes quando os países da África Austral começaram a tornar-se independentes, como aconteceu com Angola, Moçambique e o Zimbábwe. Estes países intensificaram as pressões internas através do apoio à luta de libertação das organizações e, por outro lado, às pressões internacionais.

A luta liderada pelo ANC conduziu inevitavelmente à liberdade do povo Sul-Africano e à eliminação do Apartheid com as eleições livres e democráticas realizadas em 1994, que deram vitória ao ANC. Nelson Mandela torna-se o novo presidente da República da África do Sul.



Fig. 20 Nelson Mandela.

6.2. Novas tarefas para África

6.2.1 Subdesenvolvimento, educação, saúde, ambiente, pobreza



Fig. 21 Um gigantesco bairro de lata em Nairóbi, no Quênia.

A descolonização de África trouxe novos desafios a este continente, que durante muitos anos viveu uma exploração desenfreada dos seus homens e todos os seus recursos naturais. A independência política dos países do continente não significou a liberdade económica desses países, pois eles têm grandes desafios para conquistar o bem-estar dos seus povos. A última tarefa política foi a abolição da política do Apartheid na racista África do Sul. A tarefa económica vai ser a primeira que os países africanos terão que enfrentar. A partir de acções de investimentos económicos e sociais é possível que a África vença o subdesenvolvimento e a discriminação dos povos. Os governos lançam-se na difícil tarefa de reconstruir as economias e as sociedades duramente atingidas por guerras de libertação que duraram muitos anos.

Educação

Durante o período colonial, foram construídas poucas escolas para os africanos no continente negro. Por essa razão no domínio da educação vários países africanos apresentavam uma escala muito alta de analfabetismo. Quando os países africanos se tornaram independentes, a primeira tarefa foi abrir mais estabelecimentos de ensino, para a erradicação

do analfabetismo. Em muitos países o ensino tornou-se gratuito e obrigatório. Os mais velhos também tiveram oportunidade para aprender a ler e escrever, dando a possibilidade de todos estudarem para permitir o desenvolvimento do país.

Em qualquer parte do mundo a educação é a base do desenvolvimento intelectual de um país. A educação permite a formação de professores, médicos, enfermeiros, engenheiros, economistas, juristas, carpinteiros, serralheiros, agrónomos e tantas outras profissões.

Saúde

No domínio da saúde, durante a época colonial nada se investiu para a formação dos negros. Maior atenção foi dada à formação dos filhos dos colonizadores. Como resultado, quando os africanos se tornaram independentes os sistemas médico e sanitário foram violentamente atingidos. Tornou-se urgente formar mais médicos e sanitários para a assistência médica e medicamentosa da população. Muitos países africanos tiveram que recorrer a técnicos estrangeiros para minimizar as inúmeras mortes de cidadãos. A indústria de medicamentos quase não existia, tudo era importado do estrangeiro. Ainda hoje estas práticas são utilizadas, mas muitos governos já melhoraram a assistência médica e medicamentosa. Um grande avanço nesse sector foi a implementação de investimentos privados que garantem um reforço das acções dos governos africanos.



Fig. 22 Uma escola em Luanda.



Fig. 23 Um hospital privado.

Ambiente

Depois da Europa utilizar o continente africano como lugar para escoar os seus produtos industriais do mesmo modo que explorava agressivamente os seus recursos naturais, o continente começa a sentir um desequilíbrio do seu ambiente. Esta situação faz-se sentir com a abertura das vias de comunicação (caminhos-de-ferro), construção de cidades, exploração de minérios e carvão, aumento demográfico de uma ou outra região, etc.

Com o alcance do poder político e a contínua dependência económica dos países mais desenvolvidos, agrava-se a situação do continente africano como depósito de resíduos industriais.



Fig. 24 Um depósito de resíduos industriais ao ar livre.

A grande concentração urbana provocada pelos diversos conflitos, o consumo de bens alimentares e a desflorestação, entre outros, provocam a poluição do ar, das águas e de tudo o que nos rodeia.

Por exemplo, nalguns países os seus habitantes lançam aos mares ou rios desperdícios que deixam sujos esses locais.

A fome que se abate sobre os países africanos leva os seus habitantes a praticarem a caça indiscriminada de animais, muitas vezes alterando os seus habitats e provocando a extinção de algumas espécies de animais.



Fig. 25 Resíduos mineiros acumulados junto a Joanesburgo, na África do Sul.

O continente africano sofre nos dias de hoje a mais exagerada extração dos seus recursos naturais, provocando uma alteração do seu meio ambiente. É o caso das minas, que constituem um produto indispensável para a indústria, e também a exploração do petróleo em águas profundas do mar.

A destruição dos solos constitui um mal maior entre as diversas destruições que o homem exerce sobre a natureza. O solo é um dos recursos naturais mais preciosos que o homem dispõe na terra. Sem o solo, era impossível a nossa existência. A agricultura é a base de sobrevivência do homem. Nos dias de hoje, o homem faz uma intervenção muito agressiva aos solos através das guerras e dos produtos químicos utilizados.



Fig. 26 O abate das florestas contribui para a degradação dos solos.

Cada homem, mulher ou criança deve respeitar e cuidar do meio ambiente, para que sejamos felizes e tenhamos uma vida mais longa.

6.2. Novas tarefas para África

Pobreza

Durante o período colonial, muitos dos países africanos tornaram-se grandes produtores de matérias-primas, desde agrícolas a mineiras, e mais tarde industriais, chegando mesmo a haver concorrência nos índices de produção. Por exemplo, Angola já atingiu os primeiros lugares na produção do café em 1917.

A África sempre serviu como fonte de abastecimento e consumo para os países da Europa e de todo o mundo.

Alcançadas as independências, muitos países de África sofreram guerras e outros continuam ainda hoje desestabilizados. As guerras provocam pobreza, destruição das famílias e das sociedades. Os resultados económicos dos países africanos apresentam-se extremamente baixos após o processo de descolonização de cada Estado.

De um modo geral, as safras agrícolas são baixas, as indústrias quase não funcionam e os níveis de consumo popular cresceram muito. Desta situação resultou a degradação económica dos países africanos, caracterizados por uma alta inflação.

Os governos de África dificilmente conseguem evitar os empréstimos de divisas de países desenvolvidos para implantar mais projectos sociais e económicos nos seus países. Hoje, a África continua cada vez mais pobre e sempre em dívida com a Europa e outros países mais desenvolvidos.



Fig. 27 Edifício destruído pela guerra.

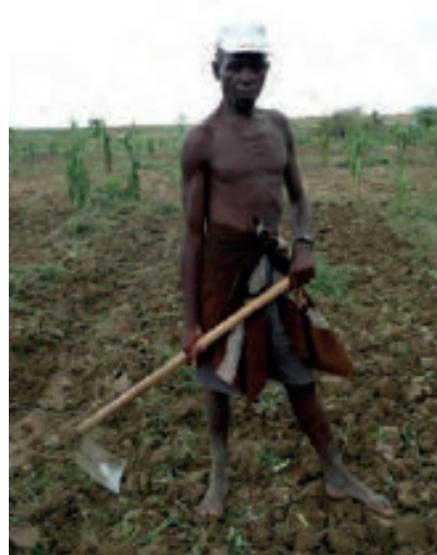


Fig. 28 Agricultura familiar e de subsistência

6.2.2. Os conflitos inter-étnicos e guerras inter-estatais

Em África, milhares de pessoas perderam as suas casas ou tiveram que emigrar durante os conflitos contra o regime colonial. Depois de alcançarem as suas independências, as situações de conflito aumentaram entre irmãos africanos: os conflitos são inter-étnicos e inter-Estados.

As causas desses conflitos têm as suas origens na divisão administrativa que as potências coloniais realizaram em 1884–1885, aquando da Conferência de Berlim. Nessa conferência, as potências coloniais europeias não respeitaram as divisões dos reinos africanos, ignorando as autoridades africanas.



Fig. 29 Deslocações de populações devido aos conflitos no Ruanda.

Devido a certos conflitos de fronteiras, desuniões entre os partidos políticos e pela falta de maturidade na convivência das diferenças para a disputa do poder do Estado, em vários países africanos vive-se um conflito interno, e outros acabam por se envolver em guerras inter-estatais. Alguns destes conflitos já datam desde os anos de 1960.



Fig. 30 Aspectos de destruição de Mogadíscio, capital da Somália, durante o conflito com a Etiópia.

Para evitar esses conflitos, a Organização de Unidade Africana já em 1963, na sua Carta de Unidade Africana, defendia que em caso de conflitos, estes devem ser resolvidos pela via da negociação, evitando o uso das armas.

Para a resolução dos conflitos de fronteiras, a OUA criou um Comité Especial para a Resolução de Conflitos Fronteiriços.

A paz, a democracia e a harmonia para o desenvolvimento

Desde tempos remotos que os africanos viveram respeitosos em coabitação. Existiam por vezes algumas guerras, mas na sua maioria as sociedades africanas possuíam uma mentalidade de paz. Hoje, em África existem muitos conflitos internos provocados pelos colonizadores, que os criaram para melhor dominar e explorar os bens do continente.

A Organização de Unidade Africana defendeu durante muitos anos o seu papel de promoção da paz, democracia e harmonia entre os povos africanos, cooperando com a Organização das Nações Unidas – um órgão de manutenção da paz no mundo.

Como acção concreta desta organização destaca-se o exemplo de países como a Argélia e Marrocos, que desde há muito viviam conflitos de fronteiras e que conheceram o seu fim graças à OUA – um elemento fundamental que proporciona a paz, democracia e harmonia e verdadeiramente o respeito.

Nas nossas vidas, quando respeitamos o próximo esperamos sempre bons resultados. Na governação, os líderes e o Estado devem respeitar o povo, e por sua vez o povo deve respeitar o Estado e o líder. Esta atitude de respeito pode ser demonstrada num exercício democrático através das eleições. No processo eleitoral, o voto representa a vontade de um povo com base na maioria representada. Este resultado deve ser respeitado por qualquer indivíduo ou grupo.



Fig. 31 Só a paz e o respeito pelo próximo devolverão a esperança à África.

Na África independente, os seus governos actuam de maneira herdada pelo colonialismo, representado pelo regime autoritário. Os governos podem ser mais democráticos, fazendo participar de igual modo todos os grupos sociais nas estruturas democráticas e solidarizar-se com as mesmas.

Desta forma, ficará assegurada a paz e harmonia entre os povos de diferentes grupos sociais e étnicos no Estado. Assim, os Estados africanos tornam-se mais fortes, e é claro que as potências mais desenvolvidas terão que negociar os seus interesses de forma equitativa em relação aos interesses dos africanos. Somente assim, os países africanos ficarão mais próximos do desenvolvimento.

A luta pela unidade africana – a OUA e a UA – implementação das ideias de Kwame Nkrumah

O dia 25 de Maio de 1963 é considerado o Dia de África, em que todos os Estados do continente festejam. Nesse dia, cerca de 30 países recentemente independentes participaram na conferência da criação da Organização de Unidade Africana (OUA), realizada em Adis-Abeba. Todos os participantes apelaram ao reforço da unidade e solidariedade de todos os africanos – ideias que foram lançadas por Kwame Nkrumah, primeiro Presidente do Ghana.

! AGORA QUE JÁ APRENDESTES, DEVES SABER...

- Que a partir de 1910 os povos africanos viveram acontecimentos que marcaram a história do seu continente.
- A partir da Segunda Guerra Mundial começou a luta anti-colonial.
- A nível do continente africano foram-se registando revoltas contra o sistema colonial europeu nos anos de 1930 e 1940.
- No período de 1950 a 1960, o continente africano foi marcado pelo surgimento de alguns Estados independentes que eram outrora territórios colonizados pelos países europeus.
- De 23 a 25 de Maio de 1963 realizou-se em Addis-Abeba, capital da Etiópia, uma conferência de chefes de Estados e de governos dos países recentemente independentes de África.
- Que em 1954 foi publicada a lei que reforçava a categoria de indígena nas províncias portuguesas da Guiné, Angola e Moçambique.
- Surgem sucessivamente a partir de 1954, 1956 e 1966 a FNLA, MPLA e a UNITA como movimentos de libertação nacional, mais tarde partidos políticos que estiveram na base da libertação de Angola.
- Que o dia 25 de Maio de 1963 é considerado o Dia de África, celebrado por todos os Estados do continente.

GLOSSÁRIO
BIBLIOGRAFIA

Abolição

Acto de pôr fora de uso; de extinguir ou de, suprimir.

Adoptar

Seguir determinado tipo de procedimento. Levar a efeito; pôr em prática.

Adorno

Elemento acessório cuja função é enfeitar, embelezar. Decoração, ornamentação.

Albergar

Acolher ou recolher-se em albergue. Dar ou receber protecção. Alojamento.

Anexado

Que foi incorporado noutro ou agregado a outro, passando a estar sob o domínio, a soberania ou a dependência de outro; que foi objecto de anexação.

Bantu

Grupo etnolinguístico africano que cobre grande parte da África Central e Meridional. Este grupo de etnias fala línguas que têm origem comum.

Capturar

Prender; Proceder ao aprisionamento de uma pessoa ou de um animal; fazer a captura. Relativo a apreender, aprisionar, prender. No caso de coisas usa-se “apreender”.

Caravana

Conjunto de pessoas que viajam em veículos pouco distanciados entre si; conjunto de pessoas que vão em grupo a algum lugar.

Cargueiros

Que transportam mercadorias, cargas. Navios ou aviões mercantes destinados ao transporte de mercadorias ou cargas; navios de carga.

Circulação

Movimento, deslocação de pessoas ou objectos. Movimento de bens ou produtos e suas transacções.

Conquistado

Que foi dominado, subjugado.

Conquistador

Que adquire terras ou domínios pela força das armas; que faz conquistas.

Continente

Vasta extensão da superfície sólida do globo terrestre limitada por um ou vários oceanos.

Cooperação

Acto ou efeito de cooperar. Trabalhar ou agir em conjunto para determinado fim específico.

Cumplicidade

Qualidade de quem é cúmplice. Colaboração ou participação com outro ou com outros em alguma coisa, favorecendo-a ou ajudando-a; acção comum.

Desbravar

Preparar um terreno bravio para ser cultivado ou para poder servir de passagem.

Desenfreado

Que não tem comedimento ou moderação; que perdeu a noção de conveniência da medida. Relativo a descomedido.

Desmembramento

Separação das partes de um todo ou de um conjunto; acto ou efeito de desmembrar.

Despojo

Subtracção de alguma coisa da posse de alguém. O que foi tomado ao inimigo, ao vencido ou ao conquistado.

Desumano

Que tem falta de sensibilidade que caracteriza o ser humano, que não é solidário e não se preocupa com os problemas do próximo; que não tem humanidade.

Divindade

Natureza ou essência divina. Pessoa ou coisa que se adora e a que se atribui grande poder.

Enriquecimento

Acto ou efeito de enriquecer. Acção de tornar rico, de dar riqueza, fortuna.

Estratificada

Que está disposto em camadas sobrepostas ou estratos. Dividir ou dividir-se em planos, níveis ou estratos diferentes.

Estrutura

Organização ou modo como as diferentes partes estão dispostas entre si. Relativo a constituição. Modo de ajustamento e organização dos vários elementos de um todo, de forma a concorrerem para um determinado fim.

Exclusiva

Que é única. Que é original ou exemplar.

Expansão

Acção de ampliar, de dilatar, de tornar maior em dimensão ou quantidade. Acto ou efeito de expandir.

Exploração

Acto ou efeito de explorar. Aproveitamento ilícito e indevido de uma circunstância, de um acontecimento, de uma situação de inferioridade de alguém em benefício próprio. Viagem que se empreende a uma região desconhecida para a estudar, do ponto de vista científico ou com fins militares, políticos, etc.

Explorações

Investigações, descobertas, pesquisas.

Explorada

Que é vítima de aproveitamento indevido e ilícito. Que sofreu exploração. Que se percorreu, estudou ou pesquisou.

Exportadores

Que vendem ao estrangeiro, que enviam para outro país produtos ou matérias-primas nacionais. Que exporta.

Fabulosos

Relativo a extraordinário, fantástico. Que é inacreditável ou causa enorme espanto, apesar de real, de verdadeiro. Que é relativo a mitologia, a narrativas lendárias, ao mundo da imaginação criadora e da fábula.

Fascinado

Que está encantado. Que tem uma atracção irresistível por alguém ou alguma coisa.

Fixação

Instalação em determinado local, com carácter definitivo.

Florescente

Que se destaca pela sua notabilidade. Ter origem. Ter grande desenvolvimento, prosperidade.

Fortunas

Conjunto de bens ou haveres, de valor considerável, pertencentes a alguém.

Fricção

Acto ou efeito de friccionar (por exemplo, os seres humanos inventaram ou descobriram o fogo através da fricção de dois objectos).

Gerar

Dar origem; fazer aparecer; produzir; engendrar.

Guerreiros

Grupo armado que pratica esta forma de luta. Pessoas que combatem numa guerra.

Hegemonia

Situação de vantagem ou de domínio sobre alguém ou alguma coisa dentro da mesma organização ou sector. Preponderância, superioridade, supremacia.

Hierarquizar

Acção de ordenar o poder, funções ou qualquer outra coisa de uma forma crescente ou decrescente. Organizar segundo uma hierarquia.

Hominídeos

Família de mamíferos primatas de que a única espécie sobrevivente é o homem, e que engloba ainda várias espécies fósseis. Espécie dessa família: o homem na sua fase lenta de evolução física e intelectual, desde o estágio primitivo até ao actual estado de desenvolvimento.

Indemnização

Acto de indemnizar. Aquilo que é dado a alguém ou a uma entidade para compensar um prejuízo ou aquilo que se perdeu ou danificou.

Intempéries

Agitações atmosféricas muito violentas.

Intermediário

Que intervém servindo de ligação ou que torna possível uma comunicação ou transição.

Invasão

Tomado ou ocupado pela força militar de um país ou território. Introduzir-se ou entrar de forma hostil, inoportuna, abusiva.

Legado

Enviado de um governo em missão especial, junto de potência estrangeira. Deixado em testemunho. Valor previamente determinado ou objecto individualizado deixado em testamento a alguém que não é herdeiro legítimo.

Lucro

Relativo a ganho. Ganho pecuniário, na actividade económica, correspondente à diferença entre o custo de produção ou aquisição e o de venda de bens ou serviços.

Metalurgia

Ciência que estuda a origem e os processos de obtenção dos metais, assim como as suas propriedades físicas e mecânicas. Indústria que faz a extracção e a manipulação dos metais.

Muralha

Muro de grande espessura e geralmente bastante elevado, construído como obra defensiva à volta de uma fortaleza, de uma praça de armas ou que protege um território.

Negreiros

Que traficavam escravos ou negros. Diz-se do navio utilizado antigamente no tráfico de escravos ou negros.

Nobreza

Condição de nobre, de pessoa que, por nascimento ou decisão de um soberano, goza de privilégios em determinado tipo de sociedade. Qualidade do que é distinto, excelente, nobre.

Oceanos

Grande massa de água salgada que cobre aproximadamente três quartos da superfície da terra.

Paliçada

Barreira defensiva, formada por uma fileira de estacas fixadas ao chão, presas por travessas e arame farpado, usualmente reforçada com terra. Local vedado onde antigamente se realizavam combates, torneios, etc.

Penetrar

Relativo a entrar. Instalar-se numa comunidade, influenciando e sendo por ela aceite. Entrar no interior de um corpo, de uma matéria.

Percorrer

Atravessar um espaço de uma ponta a outra, num ou em vários sentidos. Mover-se ao longo de determinado espaço.

Perdurar

Relativo a permanecer; persistir. Continuar a acontecer, a manifestar-se, a existir.

Privada

Actividade que não é estatal ou que não tem carácter público.

Produtores

Que geram, fornecem ou produzem alguma coisa. Os que produzem. Pessoas ou entidades que criam alguma coisa, que geram bens ou asseguram serviços.

Propriedade

Qualidade do que é próprio. Direito pelo qual alguma coisa pertence a alguém, que dela pode dispor de modo exclusivo e dentro das limitações da lei.

Próspero

O que é favorável ou bem sucedido. Que goza de prosperidade.

Provinha / provir

Ter como causa ou origem. Que é originário ou procedente de algum lugar.

Rendimentos

Lucros obtidos em transacções comerciais, investimento de capitais ou qualquer outro proveito.

Rudimentar

Que se refere aos dados básicos de uma técnica. Grosseiro.

Tráfico

Comércio ou negócio à margem da lei.

Transações

Trocas. Acto ou efeito de concretização de uma operação comercial.

Tributo

Quantia que um Estado dependente pagava a outro como prova da sua submissão. Quantia ou valor que é inerente a uma concessão. Reverência ou homenagem a alguém

ÁFRICA 2,1 n.º 2, Angola, Sócios Gráfica, Artes Gráficas Lda., Janeiro-Fevereiro, 2007.

ÁFRICA 2,1 n.º 10, Angola, Sócios Gráfica, Artes Gráficas Lda., Novembro, 2007.

ANDRADE, Mário Pinto – *Origens do Nacionalismo Africano*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1998.

Cadernos do Terceiro Mundo, ano III, n.º 20, Janeiro 1980.

DIÁRIO DE LUANDA – 3 – *História de Angola*

FREITAS, Gustavo de – *História de Angola*, Plátano Editora, Ministério da Educação.

Guia do Terceiro Mundo 1983, Editora Associados, dir. Pablo Placentini e Beatriz Bissio.

Guia do Terceiro Mundo 1986, Lisboa – Tricontinental Editora; Rio de Janeiro – Editora Terceiro Mundo.

KI-ZERBO, Joseph – *Para Quando África? Entrevista de René Holenstein*, Luanda, Editora e Livraria Chá de Caxinde, 2006.

KI-ZERBO, Joseph – *História da África Negra*, volume II, 3.ª edição, Mira-Sintra, Mem Martins, 2000.

MORAIS, Beatriz – *A Cooperação e a Integração Regionais da África Austral – A SADC. O Papel de Angola*, Centro de Estudos Africanos, Universidade de São Paulo, 1998.

MELO, António *et al.* – *Colonialismo e Lutas de Libertação – 7 Cadernos sobre a Guerra Colonial*, 1974.

VICHINSKI, M.P – *Sul da África: o Apartheid, o Colonialismo, a Agressão*, URSS, Edições Progresso, 1987.